

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

FACULDADE DE ECONOMIA

**O GOVERNO EVO MORALE E O
DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONOMICO NA BOLÍVIA**

JIMMY REY VILLALBA MENDOZA

Monografia de Conclusão do Curso
apresentada à Faculdade de Economia
para obtenção do título de graduação em
Ciências Econômicas, sob a orientação do
Prof. Dr. Áquilas Mendes.

VILLALBA MENDOZA, Jimmy Rey. O GOVERNO EVO MORALES E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONOMICO NA BOLÍVIA, São Paulo, FAAP, 2009, 53p.

(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sócio Econômico, Governo Evo Morales, Políticas Econômicas, Bolívia.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos ao Professor Áquilas Mendes, pela orientação prestada e incentivo para a realização desta Monografia em Economia.

Aos meus pais, Jaime e Teresa, pelo apoio permanente.

RESUMO

Esta Monografia examina o desenvolvimento sócio econômico na Bolívia, durante o Governo do presidente Evo Morales. São discutidos os aspectos históricos da contextualização política do país e de seus movimentos sociais. Todavia são analisados os resultados e transformações dos primeiros anos do governo Evo Morales e de suas políticas de governo, visando principalmente o desenvolvimento da Bolívia e a melhora do bem estar em sua sociedade.

SUMÁRIO

Lista de Quadros

Lista de Gráficos

Lista de Siglas

Resumo

INTRODUÇÃO 1

1 ANTECEDENTES HISTORICOS AO PROCESSO SOCIAL DO GOVERNO

EVO MORALES 3

1.1 Os principais aspectos econômicos e a formação dos movimentos sociais na Bolívia 3

1.2 A problemática do desenvolvimento político 7

1.3 O acirramento das tensões econômicas e políticas 10

1.4 Os efeitos do modelo neoliberal e a Lei de Capitalização 15

2 A DINAMICA ECONOMICA SOCIAL DO GOVERNO EVO MORALES 20

2.1 A emergência do Governo Evo Morales 20

2.2 A política econômica e social do governo Evo Morales 23

2.3 O plano nacional de desenvolvimento 26

3 RESULTADOS DO GOVERNO EVO MORALES 33

3.1 Metas de Governo 33

3.2 Resultados Econômicos 34

3.3 Resultados Sociais 42

CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empresas Públicas no setor produtivo	42
Quadro 2: Distribuição do Programa Desnutrição Zero, segundo estado regional	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento do PIB 2000 - 2008 na Bolívia	34
Gráfico 2 – Variação do PIB por Atividade Econômica na Bolívia 2008	35
Gráfico 3 – Produto Interno Bruto Per Capita na Bolívia	35
Gráfico 4 – Bolívia: Saldo Comercial	36
Gráfico 5 – Bolívia: Superávit e/ou Déficit Fiscal 2000-2008	37
Gráfico 6 – Investimentos Públicos na Bolívia	38
Gráfico 7 – Investimento Estrangeiro Direto na Bolívia	39
Gráfico 8 – Bolívia: Reservas Internacionais 2000 – 2008	39
Gráfico 9 – Bolívia: Dívida Pública Externa 2000 - 2008	40
Gráfico 10 – Arrecadação dos Hidrocarbonetos Pós-Nacionalização na Bolívia	41
Gráfico 11 – Bolívia: Arrecadação nos Setores de Mineração e Siderurgia	41
Gráfico 12 – Construção de Rodovias na Bolívia	42
Gráfico 13 – Plano Nacional de Alfabetização na Bolívia	43
Gráfico 14 – Análise Social na Bolívia	43
Gráfico 15 – Edificações Escolares na Bolívia	44
Gráfico 16 – Telecentros Comunitários na Bolívia	44
Gráfico 17 – Capacidade de Atendimento no Setor Saúde na Bolívia	45

Gráfico 18 – Entrega de Ambulâncias na Bolívia	45
Gráfico 19 – Bolívia: Renda Digna	4
Gráfico 20 – Bolívia: Bolsa Juancito Pinto	46
Gráfico 21 – Bolívia: Tarifa Digna	47

LISTA DE SIGLAS

COB- Central Obrera Boliviana

INE – Instituto Nacional de Estatística

MNR- Movimento Nacionalista Revolucionário

POR- Partido Obrero Revolucionário

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

Esta Monografia examina o desenvolvimento econômico e social na Bolívia durante o governo do presidente Evo Morales. São analisados os primeiros anos de seu mandato, assim como também procura resgatar a contextualização histórica dos processos sociais que resultaram no primeiro indígena a governar a Bolívia em seus 182 anos de história.

A Bolívia é um dos países mais pobres e menos desenvolvidos da América Latina o que em grande parte é resultado de políticas liberais errôneas adotadas pela maioria dos governantes bolivianos ao longo de sua história. Neste cenário, o clima de descontentamento da população era refletido nas constantes mobilizações sociais que, por décadas, nunca chegaram a um acordo conclusivo com seus governantes, deteriorando ainda mais o quadro social do país.

O objetivo do estudo é, portanto analisar as transformações econômicas e sociais do país decorrentes da implantação do governo Evo Morales e de sua nova via de desenvolvimento social, assim como também os resultados alcançados pelo seu governo.

Esta Monografia está dividida em três partes. A primeira parte examina o processo histórico que antecede o governo Evo Morales, abordando o contexto das políticas tradicionais dos grupos de direita, que obtendo quadros de instabilidade e resultados insatisfatórios, acabaram fortalecendo a ascensão dos movimentos sociais na Bolívia. Assim abriu-se espaço para a denominada revolução boliviana em 1952, que mesmo tendo o povo como vitorioso, não permitiu a este ter uma representação forte e duradoura, impedindo a retomada do poder às mãos das oligarquias, que detinham, na maioria das vezes, o apoio das forças armadas. Essa situação acabou propiciando o quadro de conflitos que termina por levar Evo Morales a presidência em 2006.

A segunda parte do trabalho analisa a história e a emergência de Evo Morales ao poder. A Bolívia mesmo tendo mais de 70% de sua população indígena, nunca tinha conseguido eleger um representante dos povos originários.

Na terceira e última parte são analisados alguns dos resultados alcançados pelas políticas de governo de Evo Morales, entre 2006 e 2008. Desde o princípio a retomada e controle sobre os recursos naturais permitiu ao governo Evo Morales aumentar a captação e arrecadação de recursos financeiros para o país, os quais em sua maioria foram investidos no

Plano Nacional de Desenvolvimento Boliviano, que será objeto de análise nesta parte do trabalho.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO PROCESSO SOCIAL DO GOVERNO EVO MORALES

Este capítulo aborda os antecedentes históricos do processo governamental boliviano ao longo de sua história, suas principais problemáticas, bem como as tensões e conflitos que permearam esse período e os efeitos políticos, econômicos e sociais decorrentes dos principais governos que antecederam o de Evo Morales. O capítulo está dividido em quatro partes. A primeira abrange os processos principalmente econômicos e políticos que deram origem a formação dos movimentos sociais bolivianos. A segunda parte aborda a problemática política, que se desencadeia no País até concluir em uma revolução popular. A terceira parte trata da continuidade da desestabilização política e do acirramento dos conflitos sociais. A última parte remonta os aspectos e resultados dos modelos neoliberais implementados na Bolívia antes da entrada do governo Evo Morales.

1.1 Os principais aspectos econômicos e a formação dos movimentos sociais na Bolívia

A Bolívia sempre teve papel fundamental na exportação de recursos naturais para o âmbito internacional e o primeiro deles a trazer mudanças político-sociais para o país foi o estanho. O Estanho teve uma importância econômica significativa na história da Bolívia. A importância do estanho no âmbito mundial teve ascensão ao longo do século XX, entre 1940 e 1949 chegou a ocupar 75% do comércio exterior do país. Entretanto, os benefícios advindos da extração desse minério eram pouco favoráveis para o desenvolvimento da economia boliviana (ANDRADE, 2007).

Tal resultado era motivado principalmente por dois fatores: o primeiro refere-se aos baixos impostos cobrados pelo governo variando de 3% a 5% na maior parte do período e de 13% em um período mais curto. O segundo diz respeito ao fato que o controle da produção desse minério estava extremamente concentrado na mão de poucos produtores: Simon I.Patiño, Mauricio Hothschild e Carlos Aramayo. Esses eram os principais produtores da época e juntos chegaram a controlar até 98% do volume de exportações de estanho. Entretanto, para eles não era de interesse investir no processamento do minério para o mercado interno, o que era priorizado era a exportação bruta. Andrade salienta que:

“Até a nacionalização das grandes minas em 1952, pouco se alterou o quadro concentrador da produção, que, por outro lado, criava laços de extrema dependência do país com o mercado mundial. A pequena e média mineração ocupavam um espaço secundário no mercado monopolizado pelos três grandes magnatas do estanho (Idem, ibidem, p.28)”.

Os poderes obtidos por esses barões do estanho atingiram dimensões internacionais e seus negócios se ramificavam por toda a economia boliviana, o que facilitava a submissão do Estado de acordo aos seus interesses próprios.

“Nos primeiros 25 anos do século, os empresários mineiros não criaram nem uma só indústria nacional (importavam desde pregos, dinamite e ferramentas, até sacos de yute), não consumiram, dentro do país, nem um só quilo de estanho. A dominação dos barões do estanho impediu a estruturação da República, que se estancou no atraso pré industrial (ALBARRACÍN MILLÁN *apud* BARBOSA FILHO, 2008, p.37)”.

Com a crise em 1929 e a seguida desvalorização dos preços do minério, a Bolívia foi drasticamente afetada, os custos de produção ficaram mais altos que dos demais países, e sua produção se veria reduzida em quase 70% no ano seguinte da crise. Durante esse mesmo período, Simon Patiño impulsionaria a criação do Comitê Internacional dos Grandes Produtores, impondo cotas e controle ao mercado internacional, o que lhe permitiu se proteger contra perdas e aumentar seus negócios durante a crise. Os mais afetados desse período foram os camponeses. Desde a independência da Bolívia as comunidades camponesas indígenas viram seu território de propriedade ser dizimado, e passado a ser controlado por um pequeno número de famílias. Sofriam forte exploração e eram submetidos ao *panguaje*, que se referia à execução gratuita de trabalho para os grandes patrões das fazendas, que mais tarde foi banido por Gualberto Villaroel, que acenou tomar medidas contra a exploração do índio camponês, mas que foram totalmente ignorados. A única esperança desses camponeses era uma aliança com as classes operárias do país.

“A estrutura social mantinha instituições herdadas do período colonial, com os grandes proprietários concentrando todo o poder e autoridade e os camponeses indígenas obrigados a exercer uma série de trabalhos gratuitos (ANDRADE, 2007, p.50-51)”.

A maior parte dessa grande massa operária advinda das minas de estanho era submetida a condições de trabalho subumanas, sem nenhum mínimo de segurança de trabalho e cuidado à saúde do operário.

“As péssimas condições de vida aliadas ao isolamento geográfico e aos laços de solidariedade que se estabeleceu entre os mineiros, se somaram ao papel estratégico da mineração na economia boliviana, para dar a base do radicalismo e da influência militante de seus sindicatos (Idem, *ibidem*, p.53)”.

A primeira grande consequência da crise de 1929 foi a guerra do Chaco, entre os anos de 1932 a 1935, quando o então presidente Daniel Salamanca enxergou nessa guerra a oportunidade de aumentar sua autoridade política, descartando qualquer processo de negociação iniciou uma campanha militar, mesmo diante da desaprovação do alto comando militar. A guerra teve seu início em 1932, as tropas bolivianas eram compostas basicamente pelos índios acostumados as terras frias do altiplano, e que destreinados e inaptos ao clima do território arenoso paraguaio, acabaram perecendo diante das tropas inimigas.

“A maioria dos autores atribui a principal motivação da guerra às disputas pelos supostos campos petrolíferos do Chaco entre a Standard Oil norte-americana e a Royal Deutch inglesa, de maneira totalmente descontextualizada da crise econômica de fundo que abalava o conjunto da economia mundial e, particularmente, a boliviana (ANDRADE, 2007, p.31)”.

Em novembro de 1934 o presidente Salamanca foi deposto quando tentava novamente trocar o seu alto-comando militar, assumiu em seu lugar o vice Tejada Sorzana que tratou logo de acelerar os processos de paz, que foram assinados em 14 de junho de 1935. A Bolívia terminaria a guerra com mais de 200 mil quilômetros de território a menos, 65 mil mortos e uma economia totalmente arrasada. Um grande fator para sua derrota foi a sua estrutura econômica e social interna, os indígenas eram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo dentro dos campos de batalha, enquanto oficiais e suboficiais brancos e mestiços desfrutavam de regalias, os soldados nem sequer obtinham cuidados médicos básicos.

“A guerra não significou uma integração do índio à nação; pelo contrário, reafirmou toda a estrutura social de opressão, que ele já conhecia, e a aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena ou mestiça (Idem, *ibidem*, p.33)”.

A guerra acelerou ainda mais a crise boliviana, a economia do país se deteriorou ainda mais, atingindo principalmente a pequena burguesia e o proletariado urbano, o desemprego e o subemprego aumentava rapidamente, até mesmo a mineração do estanho viu sua expansão ser interrompida, o que em parte acabou contribuindo para uma interrupção do processo de destruição das comunidades indígenas em virtude da expansão dos grandes latifúndios (ANDRADE,2007).

Tal cenário resultou no surgimento de uma oposição advinda dos setores sociais mais atingidos pela guerra, grupos marxistas e socialistas ganharam popularidade. Surge então em 1935, em Córdoba na Argentina o Partido Obrero Revolucionário (POR), que ganharia destaque e teria papel fundamental no movimento operário boliviano.

Em 1936, o Estado maior do exército assumiu o controle político do país, liderado pelo coronel David Toro, que para tentar frear a influencia de grupos de esquerda adotou como bandeira a estatização da Standard Oil sem nenhum direito a indenização, uma vez que a empresa era vista pela grande maioria como traidora, por não ter ajudado na luta pelos territórios, em que ela era detentora dos direitos de exploração, estando assim associada diretamente na derrota do país. Toro também favoreceu a criação da Confederação sindical dos trabalhadores Bolivianos. Mais tarde, em 1937, David Toro, foi substituído pelo jovem tenente-coronel German Busch, em seguida em maio de 1938 foi promulgada uma nova constituição, que demonstrou mudanças e um avanço nos direitos sociais e políticos do país. No ano seguinte, em 1939, Busch, embora tendo posições anti-socialistas, criou o Código do Trabalho, o que favoreceu a aproximação com grupos socialistas até mesmo com o Partido Obrero Revolucionário, facilitando assim a colaboração destes para o governo. Busch também aumentou o controle sobre a mineração.

“O governo de Busch sempre oscilou entre, por um lado, a necessidade de controlar as massas populares, e por outro, as pressões dos grandes mineradores representados pelos velhos grupos políticos da burguesia, com os quais nunca chegou de fato a romper (Idem, ibidem, p.37)”.

Mais tarde em 23 de agosto de 1939 o suicídio de Busch, demonstrou a debilidade do governo, dando oportunidade aos militares aliados da burguesia de retomarem o poder, o que acirrou ainda mais o confronto de classes.

“(...)os governos Toro e Busch tiveram antes a função de redirecionar e conter o impulso revolucionário e renovador que provinha da pequena burguesia e do jovem proletariado, do que de acelerar seu amadurecimento (ANDRADE,2007,p.38)”.

1.2 A problemática do desenvolvimento político

Em 1941 foi criado o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a partir da aliança de grupos que se identificavam com o nacionalismo moderado. Esse partido estava ligado diretamente às oligarquias econômicas e políticas, e ainda contavam com simpatizantes que viam no fascismo a terceira alternativa frente, ao capitalismo e comunismo.

Com as novas eleições, e o voto dos poucos milhares de alfabetizados, foi eleito o general Enrique Peñaranda. Seu governo foi marcado pelo estreitamento de relações com os Estados Unidos durante o período de guerra, o que acabou afetando ainda mais a base econômica e relações sociais internas do país. O governo americano exigiu que os preços do minério boliviano ficassem abaixo do valor de mercado, justificando que essa era o modo da Bolívia contribuir para o esforço de guerra, o que resultou em um aumento drástico da produção boliviana, sem qualquer planejamento e uma completa falta de estrutura, uma vez que o preço se mantinha baixo, os empresários resolveram diminuir os custos, reduzindo o salário dos mineiros e aumentando a jornada de trabalho destes.

“Ao final da guerra mundial, o Estado estava em séria crise financeira e os acampamentos mineiros, com enormes concentrações operárias sub-remuneradas”(DUNKERLEY,1987,p p.23-4, *apud* ANDRADE,2007,p.42).

As situações precárias de trabalho fizeram com que os milhares de mineiros reivindicassem melhores condições de trabalho. Na tentativa de frear esse movimento o governo decretou a prisão dos líderes sindicais, o que gerou uma revolta maciça dos mineiros. No dia 21 de dezembro de 1942 uma passeata de milhares de mineiros se dirigiu dos acampamentos de Catavi para a sede da empresa de mineração. O governo então juntamente com o exército, na tentativa de minar esses protestos, revidou violentamente, massacrando centenas de mineiros, deixando marcada essa data, como o dia do Massacre de Catavi. Entretanto ao contrário do que esperava o governo, esse processo sangrento, fortaleceu ainda mais as organizações operárias e os partidos opositores, que se aproveitaram do ataque aos mineiros, e aumentaram as suas armas contra o governo (ANDRADE, 2007).

Em 1943 através de um golpe militar, ascendeu ao poder Gualberto Villaroel, que teve seu governo marcado pela intensificação da crise política e pelo fortalecimento da pequena burguesia, em sua maioria formado por profissionais liberais. O POR e o MNR tornaram-se partidos influentes, a ponto de o próprio MNR assumir cargos no Ministério de Finanças.

O general Villaroel tentou aumentar o apoio de alguns setores, através de algumas pequenas reformas sócias, como o aumento salarial dos mineiros, e o reconhecimento legal dos sindicatos, o que gerou grande descontentamento da parte do empresariado do setor mineiro. No ano seguinte em 1946, o governo enfraquecido e sem mais o apoio do MNR, não conseguiu controlar as seguidas revoltas massivas dos camponeses e de alguns setores sócias, o que acarretou na invasão do palácio do governo, e resultou no assassinato de Villaroel pelas mãos enfurecidas da massa (Idem,ibidem).

O período seguinte, entre 1946 e 1952 a burguesia boliviana retomou o controle do aparato estatal com o apoio dos Estados Unidos, elegendo para presidente Enrique Hertzog. Durante esse mesmo período, o cenário de conflitos e tensões sociais não se alterava, e o Estado se viu obrigado a aumentar as forças de repressão contra os opositores, que se encontravam mais organizados e coligados com as classes operárias. O grande marco dos mineiros se deu em seu congresso na mina de Pulacayo em 1946, em que foram apresentadas e aprovadas propostas que miravam uma estratégia revolucionaria, visando a democracia como parte do trajeto para se alcançar a revolução socialista, tais propostas ficaram conhecidas como as Teses de Pulacayo (ANDRADE,2007).

“Os Países atrasados, movem-se sob o signo da pressão imperialista, seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas. Ambas as etapas, a democrática e a socialista, não estão separadas na luta por etapas históricas, senão surgem imediatamente uma da outra (Teses de Pulacayo- Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos *Apud* ANDRADE, 2007, p58)”.

O conjunto dessas propostas deu a base necessária para o fortalecimento futuro do sindicalismo boliviano, porém o seu radicalismo impedia que a sua influência ultrapassasse as fronteiras das classes operárias. A série de repressões contra os operários, só fez aumentar a agitação e o distanciamento em contra da burguesia boliviana e principalmente contra o

governo, que em 1950, fez transparecer a sua instabilidade através de uma mensagem presidencial (ANDRADE, 2007).

“Na verdade, desde julho 1946, parece que não se encerrou o período revolucionário em que vive o país. Demonstra-o a interminável série de complôs e conspirações e a guerra civil planejada para destruir o regime democrático e repor no governo os que foram derrotados em 1946 (Urriolagoitia, Vice-Presidente, Mensagem ao Congresso Nacional, 1950 *Apud* ANDRADE, 2007, p.64)”.

Em 1950 a proibição das comemorações do dia 1 de maio, desencadeou uma greve geral no país, que foi retaliada brutalmente pelo governo, os trabalhadores de La Paz formaram a maior resistência armada e lutaram ferozmente contra o exercito, obrigando o governo a usar métodos de violência extremos, chegando a bombardear por via aérea as zonas do conflito, em 1951 o governo não se viu em outra escolha se não convocar eleições (Andrade, 2007).

Os grandes centros, como La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí, deram expressiva vitória nas urnas ao MNR e ao seu candidato Victor Paz Estenssoro. Entretanto o fato de o MNR não ter obtido a maioria absoluta, fez com que a escolha final coube-se ao parlamento, que formado pela elite dominante, não viu outra saída, a não ser entregar o poder a junta militar, que dirigida pelo general Hugo Ballivián, anulou a escolha eleitoral, com a desculpa de proteger a democracia contra os comunistas.

“A via legalista pela qual a burguesia procurava reconstruir sua legitimidade política fracassara. O sistema político exigia reformas para assegurar a continuidade da velha ordem dos grandes mineradores e proprietários de terras. No entanto, essa via teria de passar por concessões às amplas massas populares sob a forma de mais direitos políticos e melhores condições de vida, as quais a elite boliviana não estava disposta a aceitar (Andrade, 2007, p.66)”.

A perda de controle do estado sobre as massas, fez aumentar ainda mais a violência como forma de repressão. A oposição baseava-se em dois grandes pontos, o reconhecimento das eleições de 1951 e da defesa da soberania nacional. O MNR embora simpatizante da massa popular, nessa época já era conduzido basicamente por um modelo conspirador e elitista diferentemente daquele obtido entre os grandes sindicatos mineiros.

A elite dirigente do MNR mantinha discreta e firmemente os seus traços golpistas, o que não deixava de influenciar a classe operária, que mais tarde viriam a triunfar na revolução de 1952. Em 9 de abril de 1952 se iniciou um golpe militar com a tomada da cidade de La Paz, pelo exercito de militantes e policiais do MNR, porém aliados militares na ultima hora se mostraram fieis as juntas militares do governo, o que reduziu a chance de vitória do golpe, fazendo com que os lideres do partido se preparassem para a desarticulação do movimento. Entretanto os personagens comandantes do golpe se modificaram, as massas civis tomaram a frente do conflito contra o regime oligárquico, assumindo uma dinâmica própria, transformando o golpe em uma revolução (ANDRADE, 2007).

“Nos dias 10 e 11 La Paz estaria sob o comando coletivo de milhares de homens e mulheres anônimos, revolucionários, invencíveis pelos regimentos mais equipados e preparados do Exército boliviano. Era a experiência de pelo menos duas décadas de lutas que agora se condensava na ação coletiva decisiva nas ruas e nos becos de La Paz e em outras cidades do País (Andrade, 2007, p.77)”.

1.3 O acirramento das tensões econômicas e políticas

No dia 15 de Abril Victor Paz Estenssoro de 1952, retornou ao país depois de estar exilado no exterior, assumindo a presidência, tendo como tarefa a execução das demandas populares, principalmente o acesso as instituições do governo. A instabilidade só seria superada se houvesse uma integração de todos os povos dentro do estado (ZANELLA, 2007).

São três os principais momentos que se sucederam a revolução de 1952. O primeiro diz respeito à formação e fundação da COB (Central Obrera Boliviana) na qual o movimento operário buscava alcançar uma perspectiva socialista e que impulsionou o movimento de nacionalização das minas de estanho;

“A nacionalização representava uma solução de compromisso entre as reivindicações da classe operária e os temores da pequena burguesia. Não afetava as médias e pequenas mineradoras que passariam a receber inventivos do Banco Mineiro. Preservava um setor privado na mineração ao mesmo tempo em que concedia um poder limitado aos sindicatos mineiros (ANDRADE, 2007, p.103)”.

Entretanto a falta de reinvestimento na industrialização e o declínio do preço do estanho trouxeram efeitos negativos rapidamente.

O segundo momento refere-se à decretação da reforma agrária impulsionado pelos sindicatos camponeses. Nessa fase, o MNR já se consolida como partido hegemônico, o que facilitava suas relações com os Estados Unidos;

“A reforma agrária boliviana foi consequência direta da mobilização em massa dos camponeses, cujo grau e profundidade ameaçaram a própria estabilidade de governo do MNR (ANDRADE, 2007, p.106)”.

Entretanto devido à falta de apoio ao cultivo e de políticas de longo prazo, por parte do governo, os camponeses acabaram abandonados a mercê de sua própria sorte.

O terceiro momento trata do afastamento do movimento sindical da direção do MNR.

“O enfraquecimento do movimento sindical permitiria em 1956 a implantação de medidas econômicas draconianas, sob supervisão direta do FMI e do Governo estadunidense, e, em paralelo, o início de uma reação independente do movimento operário (ANDRADE, 2007, p.129)”.

O governo dos Estados Unidos gradativamente aumentou sua participação econômica no país, a fim de aplicar uma contra-revolução, emprestando dinheiro para o desenvolvimento agrícola, desde que esse fosse aplicado nas zonas orientais do país em especial no departamento de Santa Cruz, deixando de lado o altiplano que tinha sido grande participante na revolução de 1952, o que acabou por gerar uma burguesia agrícola que modificou os tradicionais centros políticos do país (ANDRADE, 2007).

Em novembro de 1964 essa nova burguesia favoreceu ao golpe de estado, comandada pelo general René Barrientos, que durante seu regime aprofundou a crise social do país e comandou o estado em favor dos interesses estadunidenses e dos grandes proprietários.

A mais forte medida de Barrientos foi ressuscitar a constituição de 1945, abrindo espaço para uma opressão radical contra os movimentos sociais organizados. Diversas lideranças foram perseguidas, presas e exiladas e os sindicatos fortes como a COB, foram colocados na ilegalidade. As mobilizações mineiras foram retomadas em 1967, no mesmo período da luta de Che-guevara, que acabou resultando em seu assassinato em nove de outubro do mesmo ano. Nesse mesmo período os altos comandos militares lançaram sucessivos ataques surpresas aos trabalhadores a fim de impedir suas mobilizações. Nem

mesmo a morte de Barrientos em 1969 atenuou a opressão, que em seu lugar foi assumida pelo general Ovanda, através de um novo golpe de estado, este general apenas organizou e alinhou as regras gerais do regime anterior (ANDRADE, 2007).

No dia 6 de outubro de 1970, em reunião, a COB instituiu o partido Comando Político da COB e do POVO, resultante da aliança de diversos partidos populares e sindicatos, tendo como primeira medida o início de uma greve geral, que resultou em um diálogo com o Governo, que mais uma vez fragilizado, abriu espaço para um novo golpe, desta vez do General Juan José Torres que assumiu o poder apoiado por jovens oficiais e pela própria COB, o que permitiu mais tarde, a retomada da COB nas diretrizes do governo. Entretanto, ao mesmo tempo, outros militares golpistas aliados aos partidos de direita já orquestraram um novo golpe, que foi posto em prática no dia 11 de janeiro de 1971, provocando novamente a revolta massiva dos movimentos populares, que através do aumento de sua mobilização e pressão na greve geral, conseguiram derrotar essa nova tentativa de golpe (ANDRADE, 2007).

“A ação revela que a articulação golpista tinha fortes tentáculos regionalistas concentrados em Santa Cruz, onde um Comitê Cívico agrupava a elite empresarial ligada ao setor agroexportador e aos ganhos da indústria petrolífera (LAVAUD, 1998, p.272 *Apud* ANDRADE, 2007, p.151)”.

Medidas de nacionalização e criação de empresas estatais agrícolas, principalmente no setor açucareiro, acarretaram na contemplação massiva por parte desse empresariado ao golpe de estado, que virão como única forma de manter suas regalias financeiras em sua maioria advindas de recursos públicos (ANDRADE, 2007).

No mesmo dia, 11 de janeiro, a COB em reunião de emergência propôs a criação de uma assembléia popular apoiada pelo General Torres, que acabou sendo instalada no dia 1 de maio de 1971, marcada por grandes mobilizações nos meios de comunicação e ações que enfraqueceram o governo. Porém ao mesmo tempo aumentaram a confiança dos militares golpistas, elevando ainda mais o impasse político vivido no país.

“Uma situação de dualidades de poderes estava se configurando com a preparação da assembléia popular, o que colocava em questão o governo de Torres, que buscava equilibrar-se oscilando entre as pressões do proletariado e do imperialismo estadunidense representado pelos setores golpistas (ANDRADE, 2007, p.153)”.

Nos meses seguintes, a sua instalação a assembléia popular ganhou participação política e social em diferentes áreas do país, porém na medida em que consolidava sua expansão, aumentou também as conspirações dos militares e dos civis que temiam o controle das mobilizações sociais (ANDRADE, 2007).

Como afirma Barbosa Filho o presidente Torres merece ser mencionado como antecessor as linhas políticas de Evo Morales, porém o seu maior erro foi o seu excesso de generosidade e confiança diante das massas.

“Permitiu o retorno do radical Juan Lechín, que estava no exílio, e que este assumisse o comando da poderosa *Central Obrera Boliviana*. Se imaginava conseguir o apoio dos trabalhadores, frustrou-se porque Lechín imediatamente organizou várias greves contra o governo. Atacado no flanco esquerdo, também foi boicotado pelo governo Richard Nixon (BARBOSA FILHO, 2008, p.30-31)”.

O principal foco de resistência contra a assembléia popular foi na região de Santa Cruz de La Sierra, que era o principal reduto das articulações golpistas, lideradas pelo General Hugo Banzer, que por ter o apoio sólido da burguesia agroindustrial da região, colocou em ação seu plano golpista no dia 19 de agosto de 1971, logo em seguida a decretação de sua prisão.

Em virtude do ocorrido em Santa Cruz, rapidamente setores sociais iniciaram suas mobilizações para tentar conter o golpe e demonstrar apoio ao general Torres. Entretanto, setores do exército fiéis ao governo, anunciaram apoio ao golpe e iniciaram uma feroz batalha contra a resistência dos movimentos sociais, formada basicamente por estudantes e trabalhadores desarmados, que conseguiram resistir bravamente por cinco dias, antes da tomada de La paz pelo exercito golpista que teve apoio direto dos Estados Unidos .

“O golpe de Hugo Banzer em 19 de agosto de 1971 não apenas destruiu o processo que se desenvolvia em torno da Assembléia Popular ou Comuna de La Paz como fortaleceu e deu novo impulso aos regimes militares da região, a métodos de violência política ainda mais brutais, às perseguições e desaparecimento de lideranças políticas, que se multiplicaram em milhares de vítimas. (...) A influência dos EUA teve peso decisivo na vitória do golpe de Banzer, com envolvimento direto de militares (...) O fim da comuna de La Paz em 1971, em grande medida um prolongamento da Revolução de 1952, representou uma inflexão política geral na região, que se refletiria logo depois no Chile, no Peru e na Argentina, para ficarmos em exemplos mais representativos (ANDRADE, 2007, p.165-166)”.

A ditadura de Banzer se prolongou por mais de cinco anos e impôs uma brutal repressão ao sindicalismo e aos movimentos sociais. Entretanto, não conseguiu eliminar a resistência democrática que foi herdada de 1952, ao contrário, fez com ela se tornasse uma referência para acontecimentos futuros.

A forte repressão de Banzer contra o campesinato, fez com que se desencadeasse uma nova ideologia de resistência vinculada à realidade indígena. Tendo como ápice a instituição do Congresso de Constituição Nacional dos trabalhadores Camponeses da Bolívia Tupac Katari em janeiro de 1978, gerando uma nova liderança camponesa no interior da COB, esse nova cúpula era parte do chamado sindicalismo katarista, que buscava através da afirmação étnica a sua referência para a luta de classes (ANDRADE,2007).

“A importância da katarismo, ainda que o movimento tenha concretamente desenvolvido divisões entre trabalhadores bolivianos, residiu no fato de ter conseguido romper com a tradição do sindicalismo camponês oficial implantado pelo MNR desde 1953 e consolidado pelos militares. Porém, o indigenismo político, embora partisse de uma questão real, a opressão sobre as etnias andinas, na maior parte das vezes serviu para obscurecer a luta de classes e dificultar a ação independente e unificada dos setores operários e populares em torno de reivindicações econômicas e políticas comuns (ANDRADE, 2007, p.168)”.

Em 1978, chegou ao fim o governo de Banzer, e em meio a uma eleição tumultuada marcada por fraudes, assumiu o poder o General Juan Pereda, com respaldo do próprio Hugo Banzer. Esse governo é marcado por uma completa degeneração governamental, o que abriu espaço para um novo golpe em 17 de julho de 1980, liderado pelo general Garcia Meza, que em parceria com grupos paramilitares objetivavam usar o terror e uma violência brutal para tentar conter qualquer resistência organizada.

“O objetivo era instaurar um regime militar orgânico, que permitisse a total destruição da COB e de suas bases sindicais, bem como a rejeição da democracia constitucional. É um período de agravamento da crise econômica e de isolamento político internacional, no momento em que o governo dos estados Unidos flexibilizava sua política anterior de apoio aos golpes e governos militares na região (...). A resistência da classe operária boliviana ganhava espaço para novamente se rearticular em torno da COB (ANDRADE, 2007, p.169)”.

O governo de Meza foi marcado como o mais criminoso dos governos bolivianos. Até mesmo o governo americano nessa época teve dificuldade de se relacionar com esse governo,

que detinha uma corrupção generalizada e claras relações com o narcotráfico. Cabe salientar o aviso publico do coronel Luis Arce então ministro do Interior da ditadura:

“Todos os que fossem contra o governo deveriam andar com seu testamento debaixo do braço (*apud* BARBOSA FILHO, 2008, p.33)”.

Depois de dois anos de conflitos internos no âmbito militar, Meza fugiu para o Brasil e em seu lugar através de novas eleições ascendeu a presidência Hernan Siles, que sem entendimento com os setores sociais não conseguiu alterar em nada a crise que se degradava cada vez mais.

“A inflação atingiu em 1985 a cifra de 23.500% desorganizando profundamente a economia nacional (ANDRADE, 2007, p.170)”.

1.4 Os efeitos do modelo neoliberal e a Lei de Capitalização

Em 1985 Victor Paz Entensoro retomou a presidência, mais tarde através do decreto 21.060 em 1986, propôs uma nova política econômica, acordada juntamente com o FMI, o que provocou a privatização das minas e o desemprego de milhares de mineiros. Em paralelo, observou-se o enfraquecimento dos movimentos operários, abrindo espaço para um novo sistema de governo ligado aos setores burgueses.

Os velhos partidos ligados a classe trabalhadora ficaram totalmente enfraquecidos e durante os anos seguintes, o país ficou a mercê dos capitais internacionais e do modelo neoliberal, que foi deflagrado ainda mais em 1984 com a chegada de Jeffrey Sachs e seus poderosos capitais. A situação na Bolívia se tornava diferente, e até mesmo a esperança que antes encorajava o povo, parecia que tinha se acabado (Idem, Ibidem).

“O colapso da esquerda tradicional e das correntes nacionalistas na Bolívia, após a queda do comunismo, não surpreendeu. O MNR desertara para a oligarquia há muito tempo. A extrema esquerda tornou-se ideologicamente ineficaz. A política nacional foi reduzida a determinar que partido ou facção da oligarquia poderia implementar melhor as políticas do Banco Central, mecanismo através do qual as instituições do consenso de Washington controlaram as economias nacionais(ALI, 2008, p.117)”.

É nesse período, pós 1985, que os movimentos dos plantadores de folhas de coca ganham espaço e auxiliados por antigas experiências sindicalistas se tornam um novo pólo de

resistência popular na década de 90. Esse novo movimento possuía reivindicações mais amplas e coerentes contra o neoliberalismo.

“Os sucessos políticos da esquerda e da *Central Obrera Boliviana* entraram em declínio com a emergência do neoliberalismo em 1985, mas organizações políticas e culturais indígenas ganharam espaço crescente nos 80 e 90. Durante esse mesmo período, os produtores de coca alcançaram, estrategicamente, uma importância política crucial, por meio de sua oposição à intervenção militarizada dos Estados Unidos contra as drogas. Então mais tarde, em 2000, anunciariam um novo ciclo revolucionário com protestos indígenas no Altiplano em torno da guerrada água no vale de Cochabamba. E por último, nos eventos de outubro de 2003 revivendo a tradição insurrecional da comunidade *aymara* em uma das maiores cidades indígenas da América Latina. A insurgência mais recente constituía um desafio maior ao colonialismo interno da sociedade boliviana e levando à formação de um novo bloco nacional-popular representando a maioria social.” (Hylton; Thomson, 2004, apud LINS, 2007).

Mesmo quando as políticas neoliberais já estavam exageradas, eis que surge Gonzalo Sanchez de Lozada, que assumiu o governo entre 1993 e 1997, uma vez no poder, acelerou ainda mais o processo de privatizações, principalmente ligadas ao setor de energia, o que iniciou um descontentamento coletivo a tais políticas. Goni, como era conhecido, descendia de uma família radicalmente liberal. Seu avô, Daniel Sanchez Bustamante, serviu a vários governos anteriores, além de ter trabalhado também nas empresas do poderoso empresário do estanho Simón Patiño e era também um ferrenho defensor da abertura Boliviana aos Estados Unidos. Como cita em seu principal livro publicado:

“Interessar ao ianque. O que devemos fazer antes de tudo é interessar ao ianque. Todas as nossas forças de consciência e de trabalho devem dirigir-se para Washington. Porque somos muito pequenos, não podemos nos fazer escutar (...). O dia em que a Bolívia estiver cheia de capitais, indústrias e atitudes norte-americanas e européias, será o país melhor protegido do mundo (...)os Estados Unidos representam hoje em dia o eixo colossal da economia do globo e pela forma como participam da guerra e concluíram a paz ao ideal, mediante as doutrinas de Wilson, expressam os mais altos expoentes do espírito humano. Interessemos ao Ianque! (SANCHEZ, 1919 *Apud BARBOSA FILHO*, 2008, p.36).

Essa linha também foi adotada pelo pai do futuro presidente GONI, Enrique Sánchez de Lozada que foi diplomata nos Estados Unidos, apoiou também o golpe que levou Villaroel ao poder, tendo importante papel nas ligações deste governo com o de Washington e

chegando até mesmo a ser agente confidencial dos EUA. Aliou-se diretamente ao governo estadunidense e foi também um importante assessor das Organizações de Nelson Rockefeller.

“Gonzalo Sánchez de Losada, o presidente eleito em 1993, fermentou suas idéias políticas nesta linha conservadora e pró-norte-americana, que vinha de longe na Bolívia, mais do que sua descendência, importa notar que esta é uma corrente de pensamento, marcante na História do país e responsável por vários golpes e por vários governos de direita que, certamente, são responsáveis pela tragédia boliviana. (...)A importância de GONI é que ao levar o neoliberalismo, a mercantilização do país e a corrupção a níveis jamais antes atingidos, abriu caminho para a ampla mobilização popular que resultou na eleição de Evo Morales (BARBOSA FILHO, 2008, p38)”.

GONI juntamente com seu irmão Antonio Sanchez de Losada, aproveitaram todas as regalias e oportunidades que sua família obteve dos governos anteriores para aumentar seus patrimônios, como a criação da Companhia Mineira do Sul que esteve envolvida em inúmeras fraudes, como salienta Barbosa filho “Os escândalos são tantos que fugiria ao nosso objetivo mencioná-los todos neste livro (BARBOSA FILHO, 2008, p.42)”.

Quando alcançou o governo, aproveitou ainda mais para obter vantagens, além de incentivar sem qualquer limite o investimento de capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos nas empresas do país. Em 1994 criou a Lei de Capitalização, privatizando as principais estatais, com a desculpa de atrair investimentos privados para torná-las sociedades de economia mista. A lei de capitalização não respeitou a constituição e usurpou até poderes legislativos, via decreto presidencial. Como consequência logo sancionada a lei, Goni lembrou de que nenhum capital investiria no país se não pudesse controlar ao menos 51% das ações, tirando o controle total do Estado. Goni também promulgou a Lei de Hidrocarburos, que passava o controle e exploração de recursos naturais também aos capitais privados e deixava o setor estatal como mero agente complementar.

“O que o presidente Goni fez, na prática, foi tentar superar até as recomendações ou exigências do FMI e do Banco Mundial no que dizia respeito à privatização e ao desmonte do Estado como agente econômico. Ao mesmo tempo, as medidas adotadas quase sempre traziam embutido algum benefício aos negócios da família Losada e seus associados, nacionais e estrangeiros. Logicamente, todo esse projeto foi anunciado ao país numa embalagem tão atraente quanto mentirosa: o *Plano de Todos*, que trazia números mágicos *provando* que a Bolívia ganharia milionários investimentos no processo. A farsa dizia que o objetivo era *resgatar para os bolivianos os benefícios de seu próprio patrimônio* (BARBOSA FILHO, 2007, p.43)”.

Como resultado dessas políticas, o país dobrou suas dívidas externas e a corrupção se alastrou por todo o governo. Foi esse modelo de governo que em 1997 deu as bases necessárias para um ressurgimento mais forte dos movimentos sociais, encabeçados pelos cocaleiros que através de suas mobilizações e pela formação da assembléia para a soberania dos povos, conquistaram quatro cadeiras no parlamento incluindo a de Evo Morales.

O modelo neoliberal prosseguiu em maior velocidade com a volta de Hugo Banzer a presidência em 2002, financiado principalmente pelos Estados Unidos afim de estimular a implantação de seu programa Coca Zero. Esse programa foi marcado por ter sido uma política feroz e radical contra os produtores de coca, o que fomentou uma revolta camponesa massiva contra o governo.

O início da resistência se deu entre dezembro de 1999 e abril de 2000 com a chamada Guerra da Água em Cochabamba, exigindo o fim das privatizações da água, que chegaram ao extremo de se apropriar da água das chuvas. Como salienta Ali(2008) “*Os exércitos populares definiram o direito à água como um direito humano,perderam o seu medo da autoridade e triunfaram em sua luta contra a privatização* (p. 119)”.

“A nova situação rompeu os obstáculos para uma aliança social mais ampla das forças sociais mobilizadas (...), um novo bloco popular organizou-se e a candidatura de Evo Morales e do MAS capitaliza grande parte desse movimento(...)nas eleições de 2002 (ANDRADE, 2007, p.174)”.

Entretanto em virtude de alianças partidárias Gonzalo Sanchez de Lozado, se elege novamente presidente e dá continuidade ao seu modelo neoliberal, e anuncia a exportação de gás pelo Chile, o que aumenta ainda mais o contingente da oposição e deflagra o episódio conhecido como Guerra do Gás que tem seu ápice em outubro de 2003, com um novo choque entre a população da cidade de El Alto, basicamente de origem aimará contra exército boliviano, e que resultando em dezenas de vítimas.

“A guerra do Gás avivou a memória das insurreições populares, das quais a classe operária constituiu o principal núcleo desde 1952. Mais uma vez a situação permitiu reagrupar essas forças em oposição às forças políticas e sociais tradicionais ligadas aos grandes proprietários e aos capitais externos (ANDRADE, 2007, p.176)”.

Em 17 de outubro de 2003 Goni, renunciou e fugiu do país, em seu lugar assumiu o vice Carlos Mesa, que no ano seguinte promoveu um referendun sobre a gestão dos hidrocarbonetos, que resultou num consenso de que mais de 90% dos votantes eram favoráveis a recuperação da propriedade dos recursos naturais ao estado.

“Porém, Carlos Mesa tenta distorcer os resultados do plebiscito. A lei adotada em 17 de maio de 2005 descarta a nacionalização e se limita a aumentar a taxa sobre o valor declarado dos lucros das grandes empresas (ANDRADE, 2007, p.176)”.

Esse resultado reforçou as mobilizações iniciadas em El Alto, que cercaram La Paz e paralisaram o governo, Carlos Mesa então se viu obrigado a renunciar em 9 de junho de 2005 e novas eleições são marcada para dezembro do mesmo ano. A candidatura de Evo Morales surge como uma saída e resposta aos conflitos e sinaliza mudanças para a população mais carente e abandonada nas últimas décadas. Em dezembro de 2005 Evo Morales junto com seu vice Álvaro Garcia Linera, um dos principais intelectuais marxistas do país, assumem a presidência do País.

“A vitória de Morales por maioria absoluta dos votos expressa na arena eleitoral (...), a síntese vitoriosa de numerosas batalhas recentes. A revolução boliviana, portadora de contradições ao lado de uma rica tradição histórica de lutas populares, segue como caminho aberto para uma nação esmagada e empobrecida, mas que não desiste de construir seu próprio futuro independente. Com a maioria, os trabalhadores do campo e da cidade, está a chave desse futuro (ANDRADE, 2007, p.177)”.

Com grande apoio das massas, Evo obteve o papel de reconstruir o país, tanto social como economicamente. A identificação de sua e vida e trajetória que será abordada no capítulo seguinte, se assemelha muito a dos anônimos que o antecederam e lutaram tentando libertar o país do controle oligárquico político. Entretanto, em sua maioria não conseguiram triunfar e acabaram pagando com a própria vida.

CAPITULO 2

A DINAMICA ECONÔMICA SOCIAL DO GOVERNO EVO MORALES

Neste segundo capítulo se aborda a história de Evo Morales até sua chegada ao palácio do governo, bem como também as políticas econômicas e sociais adotadas por ele em seus primeiros meses de mandato presidencial. Será exposto também uma síntese do Plano Nacional de Desenvolvimento criado pelo MAS (Movimento ao Socialismo) partido político liderado por Evo Morales.

2.1 A emergência do governo Evo Morales

Evo Morales nasceu no dia 26 de outubro de 1959 na comunidade de Orinoca, pertencente ao *Ayllu Sullka*, província Sul Carangas do estado de Oruro. Pertencia a uma família de sete filhos, que devido às duras condições de vida no campo, apenas três conseguiam sobreviver. Desde bem cedo Evo Morales aprendeu a trabalhar na terra e na pastagem. O trabalho no campo dentro de sua comunidade não o fez conhecer o que era individualismo ou egoísmo, o que se tinha se dividia entre todos, o que se conseguia e até os problemas eram enfrentados por todas as famílias, era assim que funcionava dentro do “ayllu”. De acordo com Arze:

“Os povos originários da América eram então comunistas, muito antes de existir Carlos Marx, existia propriedade pessoal e a propriedade privada era sumamente restrita, não havia exploração do homem pelo homem, não existia mais valia, o que se produzia nas comunidades era distribuída igualmente entre todos os seus povoadores, não existia o individualismo e sim o coletivismo, (...). O impressionante é que os povos aimarás da Bolívia e quéchuas, mantêm este sistema até nossos dias nos “Ayllus”, e, como nasce numa destas comunidades Evo Morales, leva à prática toda sua vida o conceito coletivista, o conceito de solidariedade humana (ARZE, 2006, p.36).”

Na época de sua adolescência no final da década de 70 a queda internacional nos preços do minérios provocou uma retirada massiva dos habitantes de Oruro e Potosi, principalmente dos indígenas mineiros, o que acabou levando Evo Morales a se mudar ao vale do Chapare no estado de Cochabamba. Nesse Estado conheceu o cultivo da folha de coca, que era uma opção mais rentável frente às necessidades dos trabalhadores migrantes e pelo seu bom relacionamento pessoal com os habitantes, Evo passou a integrar um dos sindicatos cocaleiros da região. Um acontecimento ocorrido no ano de 1981 marcaria sua vida para sempre.

Evo presenciou o assassinato de um agricultor cocaleiro de forma selvagem, pelos militares do governo Garzia Meza que eram treinados exclusivamente para “combater” os cocaleiros. Diante dessa situação, Evo passou a se dedicar incansavelmente pela luta dos direitos humanos, pelo livre cultivo da folha de coca, pela soberania nacional e pela igualdade entre os bolivianos. Encontrando-se no meio desse conflito tempos depois chegaria à vez de Evo ser alvo dos militares, que o capturaram e o torturaram. Foi salvo por seus companheiros que o encontraram quase morto (ARZE, 2006).

Sua trajetória sindical só se fortaleceria dali para frente por sua grande participação e mobilização dentro dos sindicatos. Alguns anos depois em 1989 por ser um excelente administrador do dinheiro público dos sindicatos, Evo assumiu o secretariado geral de uma das federações do tropico, demorando mais alguns anos para assumir a direção da confederação nacional. Era o resultado de uma vida dedicado a resistência contra a repressão sanguinária dos governos bolivianos, imposta desde 1980 contra o campesinato e os movimentos sociais, obedecendo firmemente ao mandato do consenso de Washington. Com relação a essa participação ativa dos movimentos sociais dentro do contexto político da Bolívia Arze salienta:

“A Bolívia é sem lugar de dúvidas um dos países mais politizados de toda a América, os mineiros foram os mais combativos e transmitiram esta combatividade a todos os operários e agora aos indígenas, não só aos cocaleiros, como também aos indígenas que migraram às cidades. Este fato foi determinante para que Ernesto Che Guevara escolhesse à Bolívia como foco insurrecional, de sua guerrilha para irradiar todo o continente, pois ele sabia do nível político de todo o povo boliviano, (...), quer dizer quase todo o povo boliviano conhece os seus direitos e sabe defendê-los, mesmo que para isso o pague com a vida (ARZE, 2006, p.42)”.

Em 1996 foi criado o Instrumento Político pela soberania dos povos, marcada pela grande marcha pela vida, na qual 50 mil camponeses marcharam até La Paz sob o comando de Evo Morales. Eram os passos iniciais para o surgimento do MAS (Movimento ao Socialismo), partido político fundado por Evo e seus companheiros. Esse apoio social principalmente pelo campesinato, mais tarde se refletiria nas urnas como afirma Arze:

“Suas bases se encarregaram de levá-lo até o cargo de deputado, no ano de 1997, pela Circunscrição 27 do Chapare. Obteve a maior votação já registrada no país, 61% dos votos, foi e é até hoje em dia, o deputado mais votado da história da Bolívia (ARZE, 2006, p.43)”.

Como deputado Evo Morales aumentou ainda mais o numero de mobilizações e participantes às suas marchas, reivindicando na maioria das vezes direitos a favor das classes mais pobres e dos camponeses. A partir de 2000 o confronto entre os setores aumentou ainda mais, desestabilizando o próprio governo, em janeiro de 2002. Isso porque havia uma resistência social contra uma medida que tramitava no congresso, que visava acabar com a comercialização da folha de coca. Nesse cenário Evo Morales apresentou total oposição a essa medida, o que acabou terminando em sua expulsão do parlamento. Para Arze a expulsão de Evo do parlamento explica-se por:

“Sua expulsão foi provocada pela Embaixada norte americana e pelo rolo compressor do parlamento com maioria absoluta do governo Sánchez de Lozada um fiel servente do imperialismo, obedecendo a ordem de seu amo, o acusaram de provocar atos subversivos contra o país, de narcotraficante, e, é claro o primeiro podia ser verdade pela metade, más o segundo era absolutamente falso, Evo jamais foi narcotraficante (ARZE, 2006, p.54)”.

No mesmo ano as mobilizações demandando uma reforma constitucional e uma Assembléia Nacional Constituinte se acirraram. Nas eleições de junho de 2002 a representação parlamentar indígena-camponesa se multiplicou admiravelmente, e o candidato a presidência Evo Morales mostrou sua forte ascensão nacional adquirindo o segundo lugar por apenas um ponto nas eleições presidenciais. Isso se deve a uma campanha eficaz e de uma ajuda do embaixador norte-americano ao fazer declarações publicas em contra de Evo Morales (ARZE, 2006). Mesmo chegando perto da presidência as aspirações políticas de Evo ainda não estavam concretas como ele mesmo afirma:

“Nesse momento senti medo ser eleito presidente. Foi por muito pouco, mas ainda não estávamos prontos para governar. (EVO MORALES apud PINEDA, 2007, p. 30)”.

A partir de outubro no mesmo ano de 2002, as greves e marchas ganharam apoio das áreas urbanas e da poderosa *Central Obrera Boliviana*, contra a exportação do gás boliviano via Chile. Isso deu início a denominada guerra do gás, em defesa do gás nacional e da renúncia do Presidente Sanchez de Lozada. O conflito foi marcado pela perda de dezenas de vidas civis, que resistiram até as ultimas conseqüências, e só terminou com a fuga de Lozada e seus principais colaboradores para os Estados Unidos. Assumiria em seu lugar seu vice Carlos Mesa que também não agüentou por muito tempo a pressão social e renunciou ao cargo em meados de 2005, em seu lugar foi empossado Eduardo Rodriguez até então

presidente da Corte Suprema de Justiça boliviana, que como presidente interino convocou eleições presidenciais dois anos antes do programado (ARZE, 2006). Para se ter idéia desse conflito Arze comenta que:

“A crise de 2005 provocada pela insegurança política de Carlos Mesa e os conflitos internos dentro dos partidos tradicionais de direita, fizeram com que a instabilidade no país se agravasse. O golpe de estado esteve muito perto de ter sido iniciado. Os movimentos sociais assumiram a frente e tomaram as iniciativas, o que sinalizou mudanças dentro da política do país. A única solução para acabar com a crise era a convocação de eleições presidenciais antecipadas. Nesse cenário os Bolivianos enxergaram em Evo Morales a opção de transformação (PINEDA, 2007, p.30)”.

No dia 18 de dezembro de 2005 o MAS obtém os 54% dos votos, conseguindo a maioria no congresso e a eleição de Evo Morales como novo presidente e seu vice Álvaro García Línara. No final do ano eleito Presidente, mas ainda não empossado, Evo Morales iniciou suas visitas a chefes de estado pelo mundo, escolhendo Cuba e seu comandante Fidel castro como ponto de partida, e logo em seguida a Venezuela de Hugo Chávez, demonstrando de início quem eram seus aliados naturais. Em seguida viajou para Europa, Ásia e África do sul, a fim de fortalecer as relações internacionais da Bolívia, o que lhe rendeu um desconto parcial e até mesmo um perdão total de dívidas com países estrangeiros.

2.2 A política econômica e social do governo Evo Morales

Assim que assumiu o palácio do governo Evo Morales anunciou mudanças profundas no cenário político do país. A primeira medida como presidente e a redução dos salários do poder executivo pela metade, estabelecendo como teto máximo o salário do presidente da república de 15.000 bolivianos, o equivalente a 1.900 dólares, seguindo sua orientação o legislativo seguiu o mesmo caminho. Com essa medida Pineda chama a atenção, que:

“Os recursos poupados com a medida dentro dos pressupostos gerais do estado, foram destinados a uma conta especial do tesouro nacional da nação, para ser revertido em educação e saúde. Apenas com a redução salarial, foi possível a criação de mais de 3500 postos de trabalho para professores e profissionais da área da saúde (PINEDA, 2007, p.49)”.

Evo Morales iniciou também a remoção de todos os chefes militares e posicionou pessoas de sua confiança, iniciando investigações contra irregularidades no exercito. Eliminou também os gastos reservados, um tipo de gasto, o qual o poder executivo era desobrigado de prestar contas sobre a que se destinava o dinheiro (ARZE, 2006).

Evo impulsionou também rapidamente a convocação à uma Assembléia Constituinte que incluísse também os povos indígenas, visando reformas amplas em questões econômicas, sociais e políticas. Outra questão de importância relevante para o governo de Morales era o tema da folha de coca. A folha de coca já faz parte da cultura andina há mais de 5000 anos, a sua utilização serve a produção de mate medicinal, e às cerimônias religiosas, onde são usadas para as predições dos curandeiros locais (Idem, ibidem).

O assunto da coca na Bolívia passou por vários ciclos, desde políticas de erradicação impulsionadas pelos EUA, políticas de cultivos alternativos para os nativos, até a defesa do cultivo tradicional. Desde o principio Morales já tinha deixado claro como ia se posicionar em relação a esse tema.

Seu foco já não era a eliminação da folha de coca em si, mas sim o combate ao narcotráfico e a cocaína. Isso resultou no corte de 96% da ajuda militar americana no país, medida tomada como meio de pressão contra o governo Evo Morales. Entretanto tal pressão foi muito relacionada com a aprovação da lei que retirava a imunidade dos militares estadunidenses perante a corte penal internacional. Atualmente Evo Morales, pleiteia a retirada da folha de coca da lista de substancias ilícitas, o qual impossibilita a comercialização da mesma (PINEDA, 2007).

Pode-se afirmar que desde o inicio da gestão do presidente Evo Morales, diversos países desenvolvidos, bem como instituições internacionais demonstraram apoio e disposição de cooperação com o novo governo. Países como Japão e Espanha perdoaram dívidas pendentes com o governo boliviano, bem como houve um incremento de ajuda econômica de alguns países da União Européia como foi o caso da Alemanha. Instituições como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o próprio Fundo Monetário Internacional, concederam perdão parcial das dividas pendentes do governo boliviano (Idem, ibidem).

Como presidente, Evo Morales se encontrava a frente de problemas, dos dentro dos mais diversos setores que exigiam grandes mudanças e trabalho árduo, a fim de recuperar as camadas extremamente prejudicadas pelas décadas de políticas neoliberais. As bases da política do novo governo estariam concentradas nas seguintes prioridades (Idem, ibidem):

- Reforma na Lei de hidrocarbonetos, reforma previdenciária e educativa.
- Definição de um novo modelo econômico, como economia social de mercado.
- A integração das microempresas, cooperativas e sindicatos.
- A convocação de uma nova Assembléia Constituinte.
- Nova lei de Reforma Agrária

Com relação ao tema da nacionalização dos hidrocarbonetos um dos principais slogans da campanha presidencial de Evo Morales, partindo da idéia de que era uma questão de dignidade e soberania nacional, uma vez que se percebe que a entrada de impostos para o tesouro nacional advindos das atividades de exploração de petróleo e gás eram insignificantes. A mudança na lei de hidrocarbonetos e a formulação de novas condições nos contratos com as petroleiras internacionais, visavam estipular uma arrecadação justa para o país.

“Assim que se iniciou a revisão dos contratos, começou a aparecer irregularidades ligadas as petroleiras que dão idéia da profundidade que pode chegar o problema. Por exemplo, Repsol YPF cometeu uma fraude contábil por ter registrado as reservas de gás que controla na Bolívia como se fossem suas na Bolsa de Nova York, tema que provocou a queda da bolsa espanhola de Madrid, depois do anuncio da petroleira em janeiro de 2006 onde afirmava que ocorrerá uma redução de 25% em suas reservas mundiais de petróleo e gás (PINEDA, 2007, p.54)”.

A recuperação dos hidrocarbonetos foi um marco para o governo Morales, que com o incremento substancial da arrecadação teve espaço para dar inicio a implantação de seu Plano de Desenvolvimento para uma Bolívia digna e soberana.

2.3 O plano nacional de desenvolvimento

A proposta e implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento na Bolívia constituem a base inicial para a transição de políticas colonialistas e neoliberais adotadas nas últimas décadas para a construção de um Estado multinacional que inclua os movimentos sociais e os povos indígenas. O objetivo principal do plano é solucionar os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais da população boliviana. No primeiro plano, o objetivo é alterar o modelo primário exportador grande responsável pela desigualdade e pobreza do país, por um modelo de desenvolvimento integral e diversificado, consistindo na agregação de valor e na industrialização dos recursos naturais renováveis e não renováveis, assim como os excedentes antes transferidos ao exterior, serão utilizados para acumulação de capital interno, que no longo prazo serão as fontes para o desenvolvimento nacional (PND, 2006).

O Plano de desenvolvimento nacional está dividido em seis partes:

A primeira parte engloba a nova concepção para o desenvolvimento boliviano bem como as estratégias que serão utilizadas para alcançá-lo.

A segunda parte do PND corresponde ao desenvolvimento social, aumentando proteção aos direitos do cidadão e o acesso irrestrito aos serviços sociais.

A terceira parte do Plano nacional de desenvolvimento se refere a Bolívia democrática, focando mais a respeito da formação de um poder social territorial.

A quarta parte diz respeito ao controle do estado sobre os setores de produção estratégicos visando o seu desenvolvimento tecnológico e econômico bem como a geração de novos empregos.

A quinta parte é uma ramificação da quarta na qual se visa alterar as relações internacionais e as relações econômicas externas com base na transformação do setor produtivo.

A última e sexta parte do plano consistem na determinação dos elementos de sustentabilidade macroeconômicos e as políticas de longo prazo.

O planejamento e explicação das partes estão elaborados da seguinte maneira:

1º) Como visto no capítulo um, na história da Bolívia, a livre circulação do capital privado estrangeiro conduziu o país para um cenário de empobrecimento, reduzindo a geração de empregos e a queda nos salários. Isso acarretou um cenário onde o próprio trabalhador vivesse, com salários de subsistência e sem qualquer benefício social. A nova proposta de desenvolvimento Nacional vem para retomar o vínculo natural, comunitário e solidário do povo boliviano, cujas raízes se originam da pluralidade cultural do país, para assim superar as estruturas de dominação cultural e de exclusão social e dar lugar ao diálogo, compreensão e entendimento. Fica estabelecido pelo PND:

“(...) e necessário compreender o desenvolvimento como um processo de participação, deliberação e emancipação, mediante o qual as comunidades e os povos decidem as prioridades, os conteúdos e as expectativas do seu futuro desde os seus valores culturais e seus imaginários coletivos. Neste sentido, tem um valor central o respeito aos direitos humanos, a segurança, o respeito as formas de organização social e os direitos das minorias (PND 2006, p.12)”.

Outro componente importante dessa nova concepção de desenvolvimento é a integração e fortalecimento das empresas estatais como mecanismos de proteção frente ao mercado internacional. As estratégias para o cumprimento das metas do plano de desenvolvimento nacional boliviano (2006) são as seguintes:

-Estratégia econômica: Um modelo que se baseia na condução dos principais setores produtivos, bem como nos setores secundários que ajudam seu funcionamento.

-Estratégia do poder social: Compreende o poder social-territorial entre os diferentes setores sociais.

-Estratégia sócio-comunitária: Inclui a condução e fiscalização dos setores de distribuição dos fatores e meios de produção bem como dos serviços sociais.

-Estratégia de relacionamento internacional: compreende a condução das relações econômicas, políticas e culturais do país, incluindo os setores comerciais de intercâmbio de bens, serviços e capitais.

2º) A sociedade boliviana possui um sistema social não igualitário e excludente, pois não abrange todos os diferentes setores sociais principalmente quando se trata dos povos originários, o que acarreta numa alta desigualdade socioeconômica e a pouca oportunidade de acesso a serviços básicos, como educação e saúde. Para inverter esse cenário as políticas sociais passam a ser vistas como um investimento e não como um gasto, visando a diminuição da pobreza e o melhoramento dos serviços básicos de responsabilidade do Estado. Dentre as diversas propostas de políticas sociais do plano desenvolvimento nacional (2006) salienta-se as seguintes:

-Proteção Social e Desenvolvimento Comunitário: O foco está em erradicar a pobreza extrema, buscando um impacto real através da redução do quadro de desnutrição e mortalidade infantil, ao mesmo tempo que se incrementa e se melhora a qualidade da educação e saneamento básico, conforme a demanda de cada região e sempre com a sua participação ativa seja econômica ou social.

-Saúde: As barreiras econômicas, geográficas, culturais e sociais que fazem que grande parte da população boliviana esteja excluída dos serviços de saúde, serão eliminadas através da implantação de um Sistema Único, intercultural e comunitário de saúde, com uma participação plena em todos os níveis, partindo desde a promoção a programas para conscientização de hábitos saudáveis, passando pelo reconhecimento das medicinas tradicionais utilizadas pelas comunidades indígenas, até mesmo a capacitação e formação direta para aumentar o número de profissionais da área.

-Educação: A meta é acabar com a desigualdade de acesso a uma educação de qualidade, e combater também alta taxa de analfabetismo principalmente da área rural. Um segundo problema é igualar os níveis da educação superior com as ofertas de emprego, que em algumas regiões chega a ser altamente desigual, o que resulta em problemas sociais como a alta imigração ao exterior dos cidadãos do país. A proposta para modificar esse cenário pelo plano de desenvolvimento nacional, consiste primeiramente em garantir o acesso a todos a um ensino básico de qualidade, enviando também para a reformulação e a estruturação dos cursos de ensino superior, dando ao aluno ao invés de uma formação individual, uma formação coletiva, na qual o profissional formado estaria apto para exercer suas funções de forma a desenvolver o âmbito produtivo da região em que habita sem deixar de lado a sua identidade cultural, fortalecendo assim a construção de um novo país. O aumento da ampliação do sistema educacional nas áreas rurais também é prioritário para o

desenvolvimento de tais áreas, sendo como primeira medida a implantação de um programa sustentável de alfabetização nacional.

-Justiça: O processo de justiça, de difícil acesso a maioria da população e antes controlado pelas oligarquias com o intuito de favorecer seus interesses, passa por uma reformulação, primeiramente os povos indígenas passam a ter o direito de administrar a sua própria justiça assim como era feito em épocas antigas. Dentro do mesmo quadro de mudanças, as burocracias para se chegar a uma solução dentro de um processo será diminuído pela metade, a fim de alcançar uma conclusão mais ágil. Haverá também projetos para melhoras no sistema prisional, bem como um aumento de contribuição do estado para a recuperação e capacitação das pessoas privadas de liberdade. Outro ponto fundamental também será a política de tolerância zero para a corrupção e impunidade dentro dos recursos legais da justiça, por meio de mecanismos de participação e controle social. Será dada também uma maior promoção no que diz respeito aos direitos humanos.

3º) O poder social territorial, surge como um mecanismo que implica na tomada de decisões compartilhadas entre estado e sociedade, uma participação permanente e equilibrada, a fim de criar uma Bolívia equitativa e sempre mobilizada. Esse processo participativo está originado nas reivindicações dos movimentos sociais pela nacionalização dos recursos nacionais do país, formando assim as bases necessárias para a participação política dos mesmos movimentos no que tange as demais áreas do serviço público. Há também o projeto para a criação de um conselho nacional de desenvolvimento econômico e social, com participação dividida entre estado e sociedade, a fim de acompanhar e discutir os processos de melhoria bem como supervisionar a gestão e manuseio de recursos financeiros públicos (PND, 2006).

4º) Um dos principais focos da política pública produtiva é o desenvolvimento produtivo das zonas rurais onde está concentrado o maior índice de pobreza, promovendo e incentivando a formação de associações empresariais e cooperativas de diferentes tamanhos com o intuito de gerar a integralização nas forças produtivas. O governo incentivara e financiara a participação de capitais nacionais, como também fará a promoção dos serviços e tecnologias do país. Cabe salientar as políticas a serem adotadas para o desenvolvimento de alguns dos principais setores produtivos (PND, 2006):

- Hidrocarbonetos: O setor de hidrocarbonetos no passado subdividido e usufruído pelas políticas neoliberais foi totalmente privatizado em todas as suas ramificações, gerando uma exploração totalmente irracional, o que resultava em uma participação menos favorecida do estado e uma arrecadação sobre os excedentes de comercialização mínima. No mesmo processo, também não se estimulava o desenvolvimento tecnológico do setor, sendo tida como única comercialização, o gás natural em estado primário.

O PND surge então, para regulamentar e transformar esse processo, através da estatização a fim de recuperar a propriedade e o controle para o estado. A princípio, os ingressos fiscais obtidos pela atividade serão investidos integralmente para o desenvolvimento do setor e de todas as suas ramificações, dentro de um segundo panorama, os ingressos fiscais serão alocados conforme a demanda das diferentes áreas da economia nacional (PND,2006).

-Mineração: Desde as últimas décadas o setor mineiro boliviano passa por um longo período de estancamento, e cada vez mais exerce uma participação menor no produto interno do país. Esse cenário é resultado tanto das variações de preços do mercado internacional, como também de políticas internas que retiraram o poder estado de participar da atividade mineira no país. Para transformar essa política o plano de desenvolvimento nacional se fundamenta também na estatização do setor, a fim de potencializá-lo e aumentar o valor agregado na produção, visando também fortalecer a mineração cooperativista, na qual participa um dos principais movimentos sociais do país, o que permitirá melhorar as condições de emprego e qualidade de vida dos trabalhadores do setor.

- Emprego: Apenas os setores de mineração, gás e petróleo, construção, agricultura e pecuária, são responsáveis por 50% dos empregos do país, dentro do qual mais da metade corresponde a empregos em unidades produtivas de pequena escala. As últimas políticas geradoras de empregos foram marcadas pela pouca significância e baixo investimento. O plano de desenvolvimento nacional visa modificar esse quadro através do aumento de financiamento para o pequeno produtor, a fim de desenvolver as atividades econômicas e aumentar a sua escala de produção, promovendo também a política de consumo do produto nacional. O Estado também criará políticas de investimento na infra-estrutura produtiva como transporte, energia e comunicação melhorando assim a sua qualidade, adotará também no curto prazo programas para emprego temporário com o intuito de garantir uma renda e experiência ao jovem desocupado que integra a maior parte da camada de desempregados.

-Ciência e Tecnologia: O plano de desenvolvimento nacional tem o intuito de desenvolver a participação científica, tecnologia e inovadora do processo produtivo, para tanto tem o projeto de criação de centros de ciência e tecnologia para o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, conforme os problemas específicos de cada setor produtivo e dos serviços sociais. Dessa maneira, visa estimular a cultura científica dentro das universidades públicas, ao mesmo tempo em que incentivara projetos inovadores de empresas ou inventores para que façam parte assim do Sistema Boliviano de inovação, o qual trabalhar em parceria com as necessidades da iniciativa privada. O orçamento inicial para estimular o desenvolvimento científico no país é de 40.000.000 de dólares.

Para financiar todo esse processo de desenvolvimento produtivo, o plano nacional de desenvolvimento (2006) estrutura a criação de um Sistema Nacional de Financiamento para o desenvolvimento, no qual as entidades financeiras tanto públicas e privadas, constituirão um mecanismo de alocação dos recursos financeiros de forma eficiente para os diferentes setores produtivos de alto potencial, também será criado o Bando de desenvolvimento produtivo o qual conduzira a distribuição dos recursos de forma equitativa.

5º) O plano nacional de desenvolvimento (2006), orienta consolidar e fortalecer o mercado interno, a fim de desenvolver as empresas produtivas nacionais, particularmente as micro e pequenas empresas e as organizações econômicas campesinas, dando-lhes também orientação aos processos de exportação, de uma maneira que o mercado nacional sirva de base para uma futura penetração no mercado internacional. Como uma nova política de exterior o Estado também fortalecera contratos bilaterais e multilaterais abandonando as políticas do Consenso de Washington dos últimos anos. As principais políticas internacionais a serem desenvolvidas dentre outras são:

-A reintegração marítima, garantindo a projeção geopolítica do estado dentro do vínculo marítimo mundial.

-A proteção e atenção ao cidadão boliviano residente no exterior, a fim de assegurar seus direitos, inclusive o voto eleitoral.

-Revalorização da folha de coca, com o intuito de conscientizar o uso benéfico da folha, que tem uma grande importância histórico-cultural medicinal e tradicional dentro do país.

Com relação aos investimentos diretos estrangeiros, estes terão uma total garantia jurídica desde que respeitem os critérios claros do estado em relação a assuntos sociais e ambientais.

6º) O plano nacional de desenvolvimento (2006) procura dar uma estabilidade macroeconômica aos diferentes setores; real, fiscal, externo e monetário. O financiamento externo que entrar, será guiado para os investimentos públicos conforme o plano de desenvolvimento. A política de arrecadação tributária será mais ampla e proporcional, de acordo com as capacidades contributivas e a equidade dentro da sociedade.

“A estabilidade macroeconômica depende em grande parte da mínima flutuação dos preços com inflação baixa e regular, em conformidade de independência com o banco central. A aplicação de um esquema de metas explícitas de inflação vinculada com estratégias fiscais plurianuais, permitirá alcançar uma maior transparência da política monetária e diminuirá a incerteza dos agentes econômicos (PND, 2006,p)”.

A política de cambio flutuante será mantida, com o intuito de preservar a competitividade de alguns setores, protegendo a economia dos impactos e desequilíbrios financeiros nos mercados cambiais dos países vizinhos. O estado também iniciará o desenvolvimento do sistema financeiro a fim de estimular políticas de poupança e investimento interno. O plano também engloba a construção de moradias com o intuito atender o déficit habitacional existente no país. Com tais políticas, o intuito do plano será de elevar a economia da Bolívia a patamares nunca antes planejados e tão pouco pretendidos.

Alguns resultados das medidas estabelecidas no PND podem ser verificados. Esse é o objetivo do capítulo seguinte.

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO: UMA ANALISE DOS RESULTADOS ECONOMICOS E SOCIAIS DO GOVERNO EVO MORALES

Nesse terceiro capítulo, são analisados alguns resultados do plano nacional de desenvolvimento boliviano, bem como algumas políticas econômicas e sociais do governo de Evo Morales Ayma entre 2006 e 2008.

3.1 Metas de Governo

No ano de 2000 a Bolívia juntamente com outros 189 estados membros das Nações Unidas se comprometeu a alcançar um conjunto de objetivos que visa melhorar o quadro de desenvolvimento global, conhecido como metas do milênio.

Dentro desse contexto, a estratégia do governo Evo Morales desde o principio da criação do plano de desenvolvimento era o de reduzir a pobreza do país focando principalmente nas origens e causas desse problema. Assim, o plano foram cria programas para tentar solucionar questões pertinentes ao quadro social do país, dentre os quais se destacam: (Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, 2008)

-Programa Desnutrição Zero

-Programa Ampliado de Imunizações

-Programa Bolsa Juancito Pinto

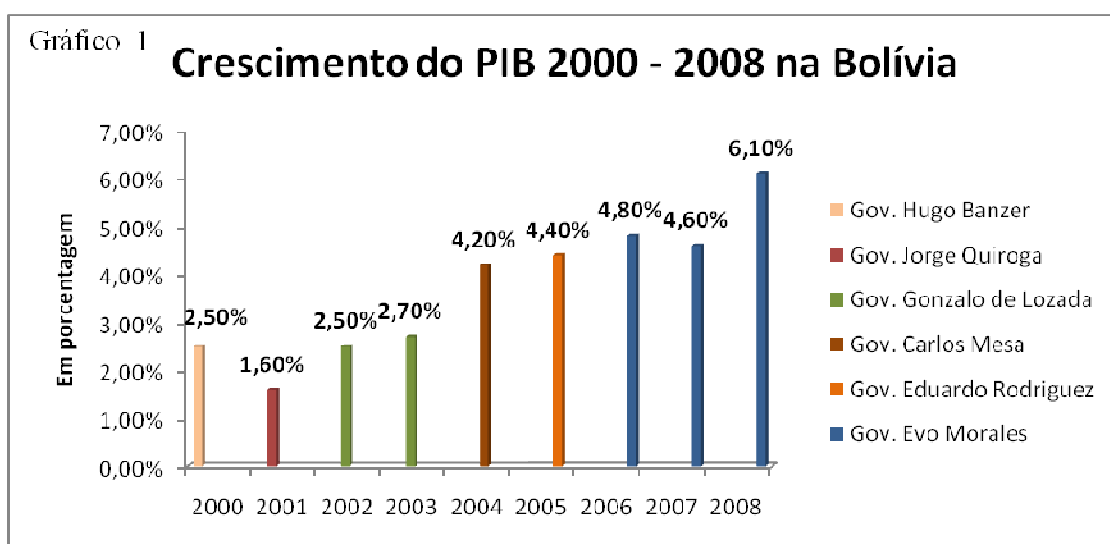
-Programa Renda Digna

-Programa Nacional de Alfabetização *Yo si Puedo*

-Programa Nacional da Habitação

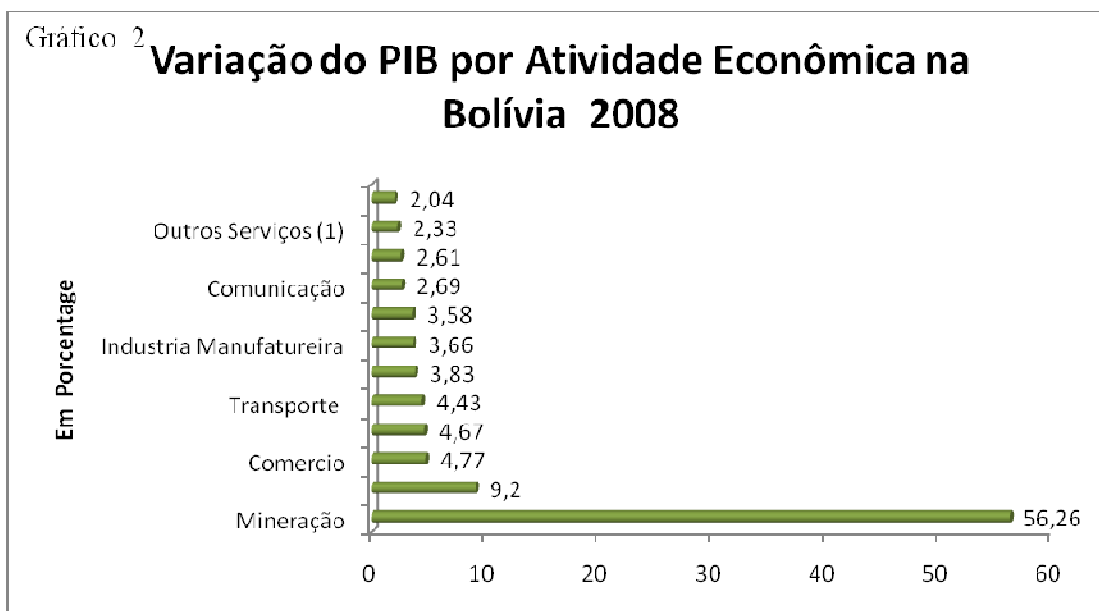
3.2 Resultados Econômicos

O objetivo claro do governo era melhorar os índices produtivos do país para assim poder alcançar resultados benéficos no quadro social, um exemplo disso pode ser atribuído ao PIB. A economia boliviana desde o ano de 1985 tinha uma média de crescimento do PIB de 3%. Devido ao aumento da produção manufatureira e de um incremento financeiro do governo aos setores de mineração e hidrocarbonetos, a produção do país teve um aumento substancial, passando de 2,5%, em 2000, para 6% em 2008, favorecido em grande parte pelos preços elevados das commodities nos três primeiros trimestres (Gráfico 1).



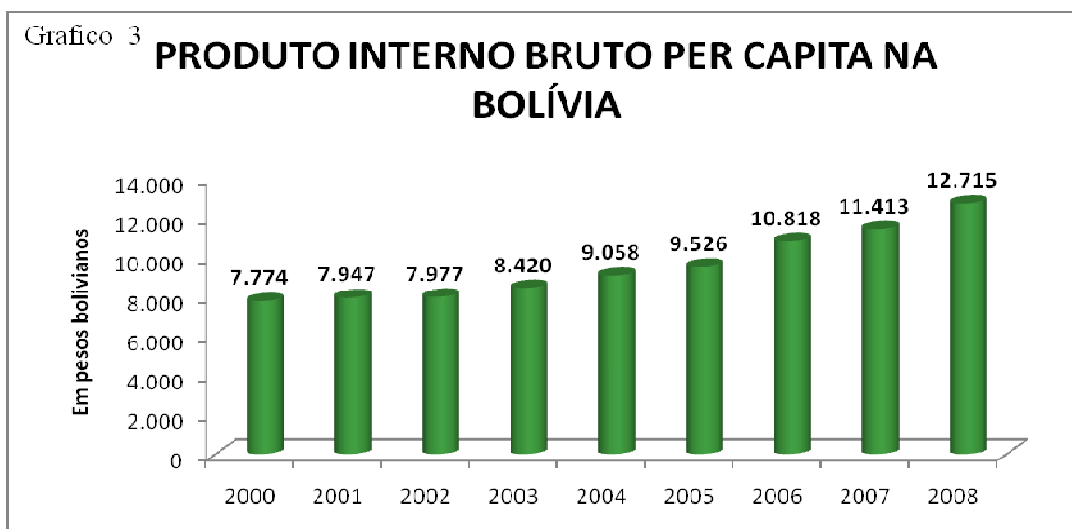
Fonte: Ministério da Fazenda *apud* Logros del Gobierno (2009)

O setor de mineração foi a atividade que mais cresceu entre 2007 e 2008, passando da taxa dos 50% de variação de um ano para o outro, ajudando assim a fortalecer o PIB boliviano (Gráfico 2).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística *apud* Logros del Gobierno (2009)

Em relação ao PIB per capita, a gestão econômica do governo Morales alcançou o melhor resultado dos últimos 23 anos, podendo ser constatado assim uma melhora na atividade econômica do país. Observa-se que o PIB per capita passou de 7.774 pesos bolivianos em 2000, para 10.818 em 2006 e 12.715, em 2008 (Gráfico 3).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística *apud* Logros del Gobierno (2009)

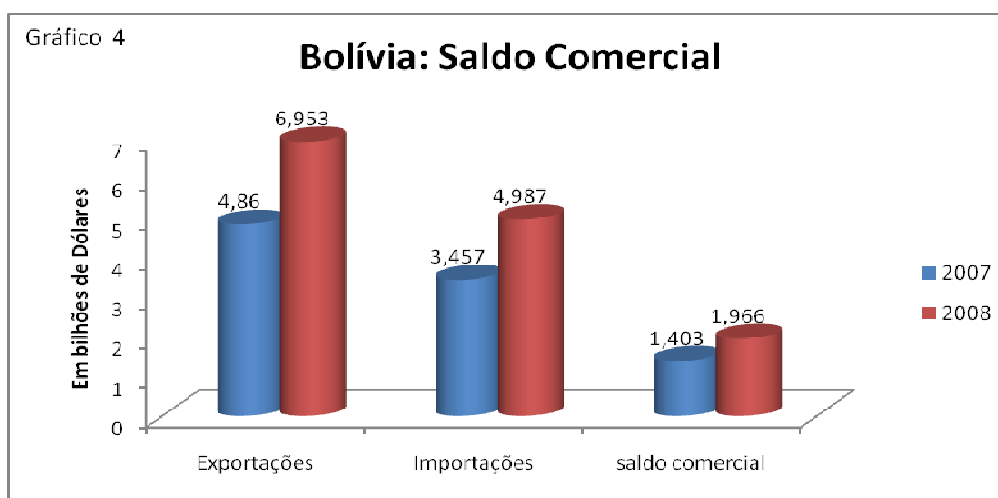
Uma importante medida para se chegar a esse resultado foi o incremento salarial que o governo outorgou aos trabalhadores, um aumento de mais de 40%, passando de 440 pesos bolivianos em 2006 para 647 pesos bolivianos no final de 2008. Outro fator que contribuiu

diz respeito aos programas bolsa Juancito Pinto e Renda Digna que propiciaram um aumento na renda das famílias participantes, que somam um pouco mais de 20% da população do país, gerando assim uma demanda agregada (MINISTERIO DA FAZENDA, 2009).

Com relação a balança comercial constatou-se que, no final de 2008, o crescimento das exportações bolivianas foram bem significativas com relação a 2007, alcançando cifras nunca antes registrados na historia do país. Registra-se: 1,403 bilhões de dólares, em 2007 e 1,966, em 2008 (Gráfico 4). Esse resultado foi favorecido em grande parte pelo aumento dos preços internacionais das matérias primas de extração, estimulados principalmente pelas demandas da China e Índia. Entretanto, em contraponto a concentração central desse crescimento foi baseada em produtos primários e não em manufaturados, o que inviabiliza um crescimento mais sustentável.

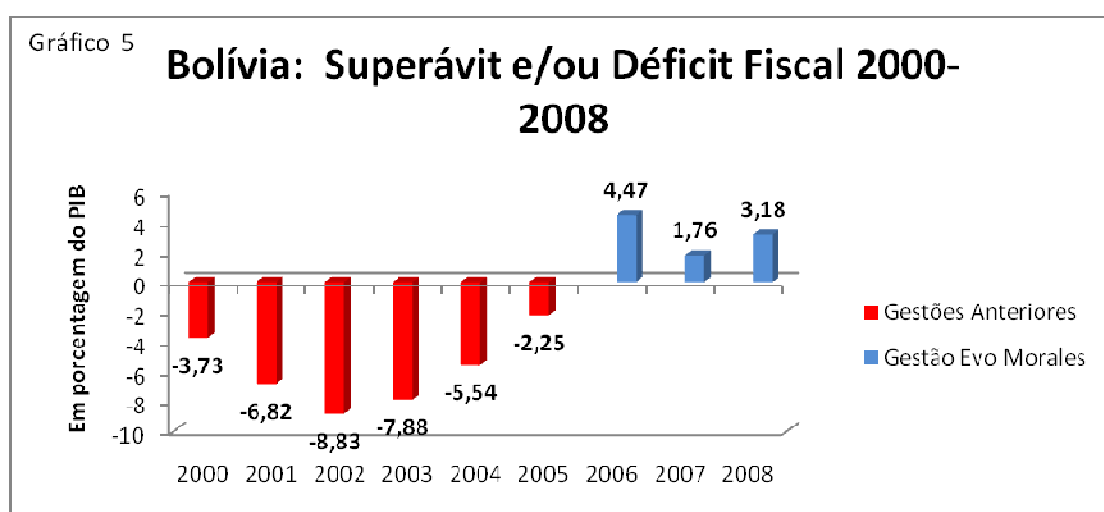
No mesmo ano de 2008 as importações também apresentaram grandes níveis de aumento, superando até mesmo as taxas de crescimento da exportação, fator que em si colaborou com o aumento das importações na medida em que a demanda por bens de capital e abastecimento industrial aumentaram.

Com esses resultados o saldo comercial de 2008 fechou em pouco mais de 1.96 bilhões de dólares. Um ponto relevante dessa questão é que aproximadamente 80% das exportações foram negociadas através de acordos comerciais por parte do governo, diferentemente das importações que tiveram 62% do seu comercio negociado sem nenhum tipo de acordo comercial governamental (Câmara Nacional das Industrias, 2009).



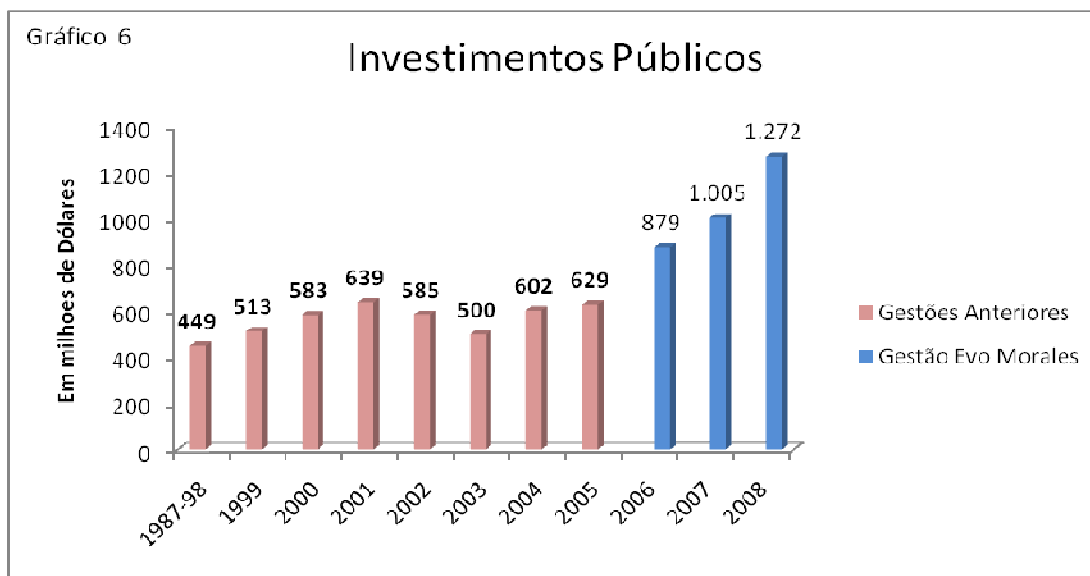
Fonte: Instituto Nacional de Estatística *apud* Logros del Gobierno (2009)

O governo boliviano também obteve resultados satisfatórios em relação a administração dos recursos econômicos, visto que Depois de décadas em déficit fiscal, a Bolívia teve três anos seguidos de superávit fiscal (Gráfico 5). Esse cenário foi resultado em grande parte das políticas de nacionalização dos recursos naturais de Evo Morales. Houve uma queda no ano de 2007 que foi acarretada pelos altos e importantes gastos do governo para a nacionalização de empresas do setor de Siderurgia e Mineração. Posteriormente, a arrecadação nestes setores juntamente com o setor de hidrocarbonetos permitiu um superávit maior no ano de 2008 (Bolsa Boliviana de Valores, 2007).



Fonte: Instituto Nacional de Estadística *apud* Logros del Gobierno (2009)

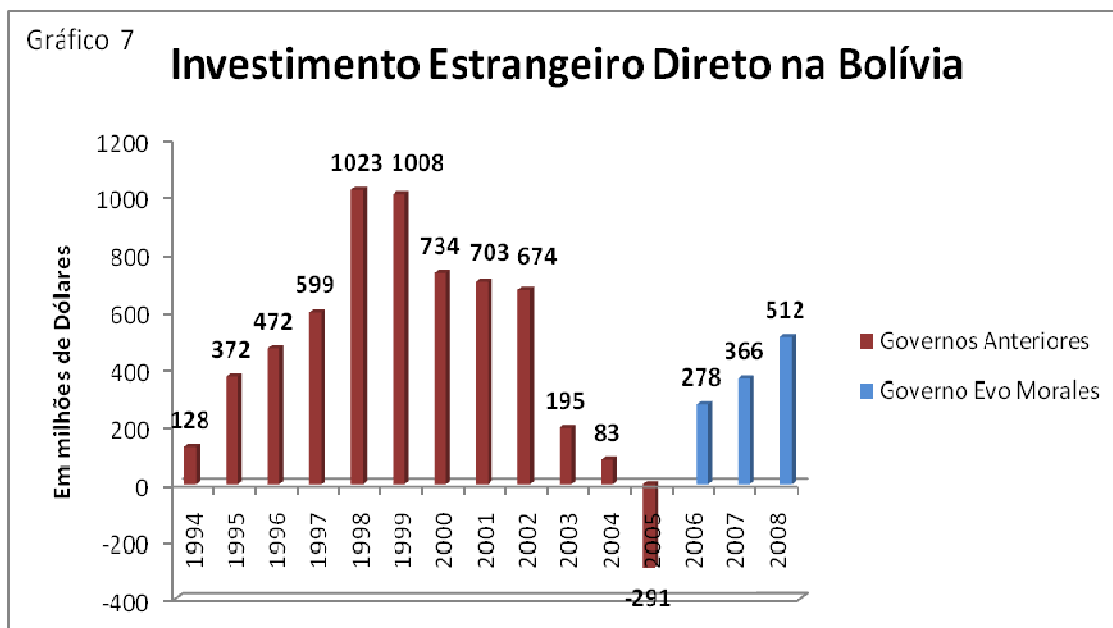
Com relação aos investimentos do governo, do total dos investimentos públicos, mais de 70% foram advindos de recursos do próprio estado, diferentemente do que ocorria antes de 2007, em que onde o estado era obrigado a recorrer ao crédito externo. Essa mudança também só foi possível graças ao incremento tributário e aduaneiro originado da nova lei de hidrocarbonetos, o que propiciou capital para os investimentos do Estado. A criação de novas Empresas estatais nas fases da cadeia produtiva também deu impulso a esse investimento (Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, 2008). O gráfico 6 explicita essa situação;



Fonte: Ministério de Planejamento e Desenvolvimento *apud* Logros del Gobierno (2009)

No mesmo período do governo Evo Morales os investimentos estrangeiros começaram a retomar os patamares anteriores aos conflitos políticos e sociais do país, passando de 278 milhões de dólares em 2006, para 512, em 2008 (Gráfico 7). Entretanto, como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a elevação desses investimentos nos governos anteriores só foi possível por meio da lei de privatizações, que passou o controle dos principais setores produtivos para as mãos do setor privado. Diferentemente no governo Evo Morales, o controle acionário majoritário se estabeleceu em poder do Estado, mantendo porém a participação privada afim de estimular o desenvolvimento dos setores produtivos. Como salienta Evo Morales:

*O governo assumiu o papel de ter sócios e não patrões (...) As permanentes negociações com as empresas, que investirem respeitando as normas bolivianas, serão sempre respeitadas e garantidas, pois a Bolívia necessita de investimentos. (...) Tantos companheiros perderam a vida lutando pelo território e pelos recursos naturais, que assim sendo esses recursos naturais devem beneficiar primordialmente o povo boliviano (Discurso de Evo Morales *apud* Ministério da Presidência, 2008)*



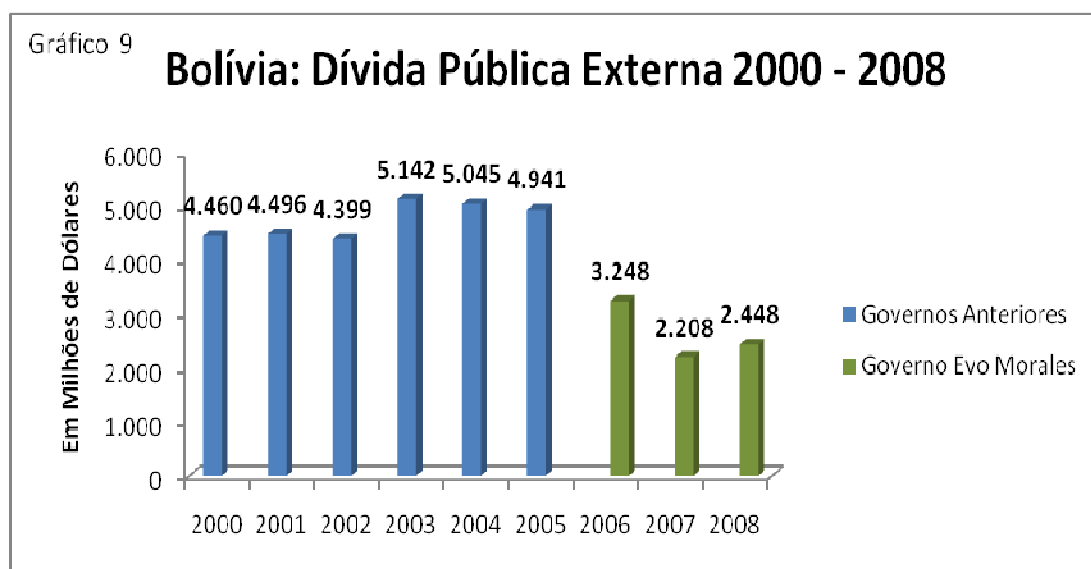
Fonte: Ministério da Fazenda *apud* Logros del Gobierno (2009)

As reservas internacionais bolivianas também tiveram destaque e fecharam o ano de 2008 com um incremento de 45% em relação ao ano anterior (Gráfico 8). Esse crescimento é justificado pelo resultado favorável da balança comercial que teve um bom desempenho pela melhora da arrecadação sobre exportações, empréstimos e pelas remessas familiares recebidas do exterior (INE, 2009).



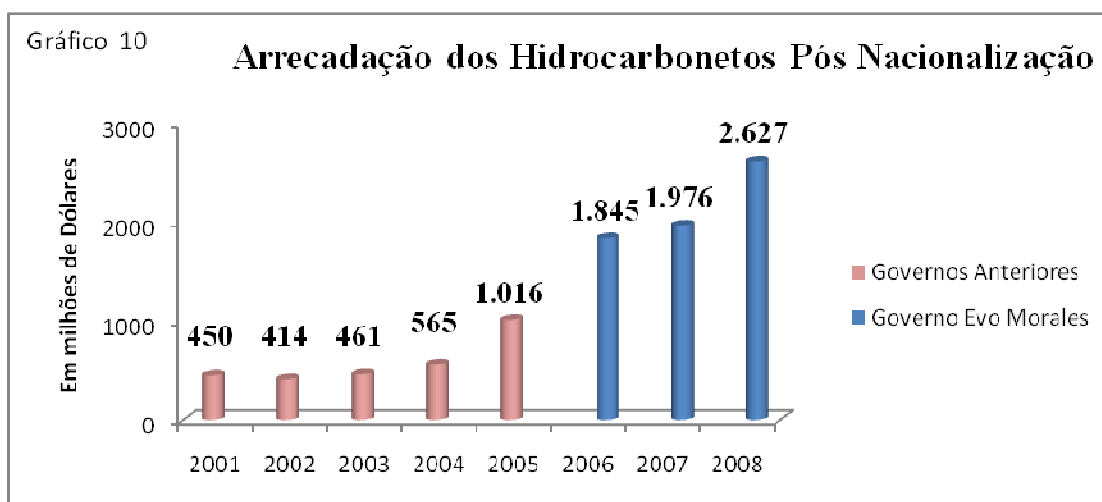
Fonte: Instituto Nacional de Estadística *apud* Logros del Gobierno (2009)

Desde 2006 a dívida pública boliviana teve uma expressiva redução, fechando o saldo da dívida em 2.448 bilhões de dólares no ano de 2008 (Gráfico 9). Essa redução comparada aos governos anteriores chega a mais de 50%. Esse resultado foi viabilizado em grande parte pelos perdões de dívidas concedidas no ano de 2006, pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de desenvolvimento e pelo governo Japonês, em cooperação ao novo governo estabelecido por Evo Morales (INE, 2009).



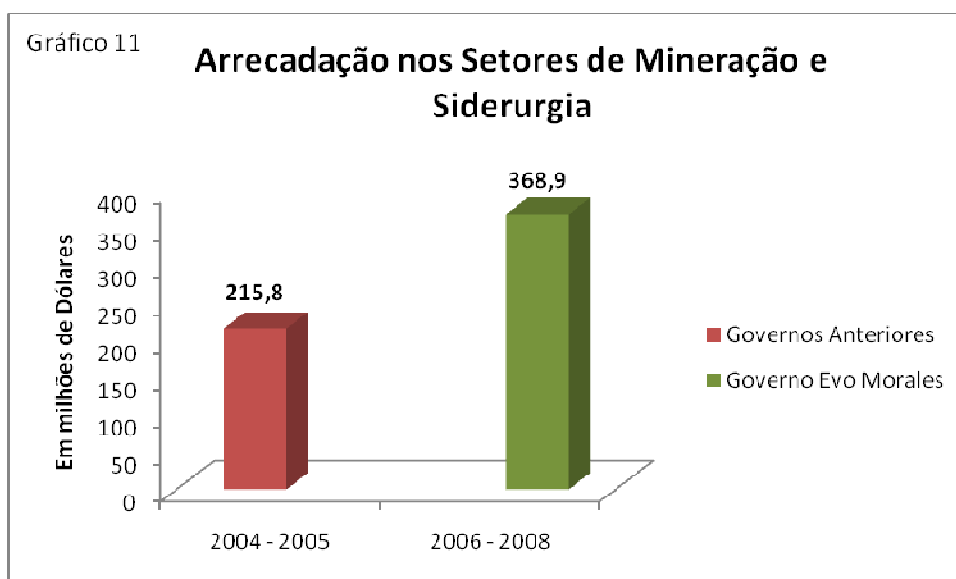
Fonte: Instituto Nacional de Estadística *apud* Logros del Gobierno (2009)

A arrecadação dos impostos sobre os hidrocarbonetos durante a gestão de Evo Morales aumentou mais que dobro, sendo esse cenário apenas possível, por meio da nacionalização e maior controle da produção desse recurso natural (Gráfico 10).



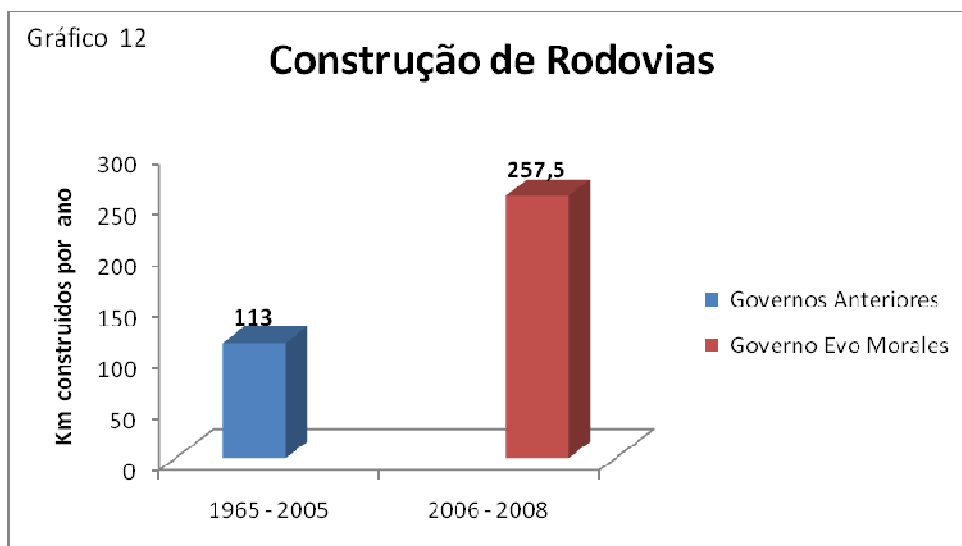
Fonte: Ministério de Economia e Finanzas *apud* Logros del Gobierno (2009)

Igualmente com a nacionalização do setor de mineração e siderurgia, além do aumento na arrecadação conforme indica o Gráfico 11, foi possível a geração de novos empregos aumentando de 1200 diretos e 3600 indiretos dos governos anteriores para 4900 diretos e 14700 indiretos no governo Evo Morales.



Fonte: Ministério de Mineração e Metalurgia *apud* Logros del Gobierno (2009)

Cabe comentar que o aumento de investimento em infra-estrutura foi 128% a mais do que a media construída nos anos anteriores a gestão Evo Morales (Gráfico 12).



Fonte: Administradora Boliviana de Carreteras *apud* Logros del Gobierno (2009)

O governo boliviano depois das nacionalizações das principais empresas do país passou também a focar investimentos na criação de novas empresas estatais. Dentre as que deram início ao processo estão:

Quadro 1: Empresas Públicas no setor produtivo

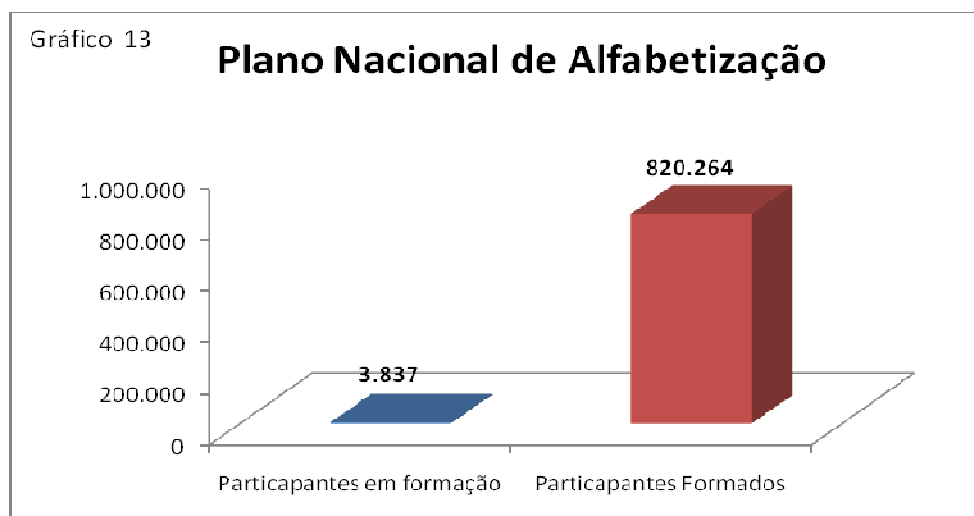
Empresas Públicas	Produção	Patrimônio Inicial (Bs)
Empresas Boliviana de Azúcar	Açúcar refinado e seus derivados	175.000.000
Empresa Nacional Estratégica Cemento de Bolivia	Cimento para projetos públicos e privados	175.000.000
Empresa Nacional Estratégica Papeles de Bolivia	Produção e Comercialização de Papel	162.393.000
Empresa Nacional Cartones de Bolivia	Produção de Papelão Ondulado	33.595.800
Empresa Nacional de derivados de Lacteos	Processamento de Laticínios	21.546.000

Fonte: Logros del Gobierno (2009)

3.2 Resultados Sociais

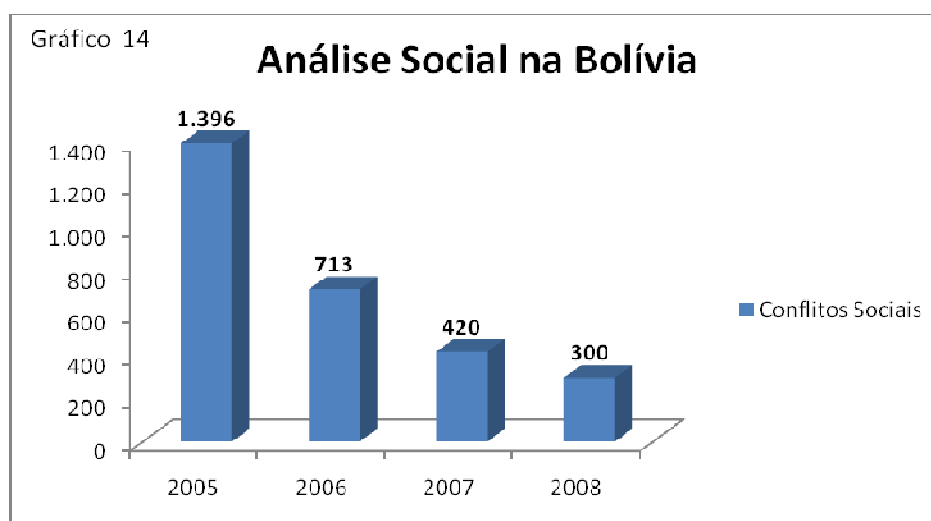
De acordo com o senso do governo a Bolívia era detentora, de um total de 823.256 analfabetos. Com o programa *Yo si puedo* o governo capacitou mais de 820.264 pessoas (Gráfico 13), alcançando o índice de 97% da população tida como alfabetizada, o que tornou

a Bolívia o terceiro país da América Latina livre do analfabetismo juntamente com Venezuela e Cuba (Ministério de Educação e Saúde, 2009)



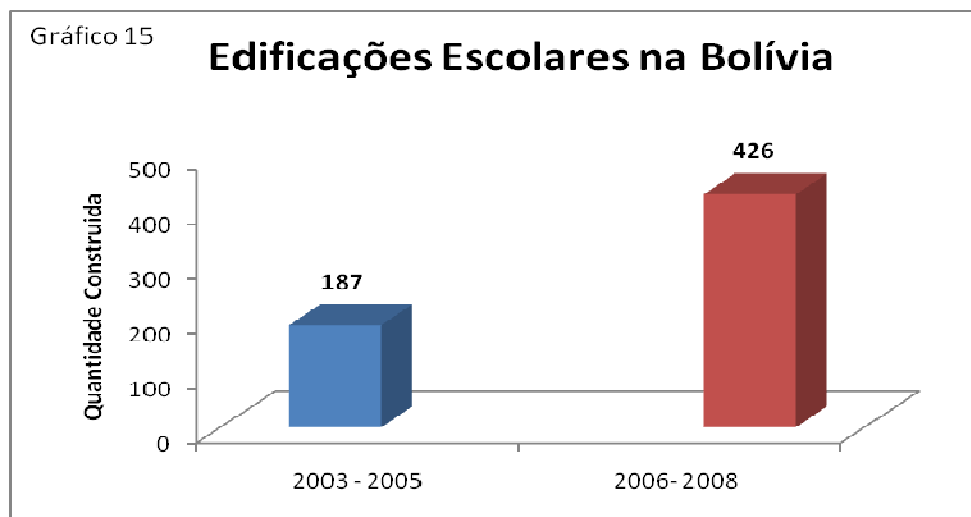
Fonte: Ministério de Educação e Cultura *apud* Logros del Gobierno (2009)

Com relação às divergências sociais na Bolívia verificou-se que mesmo com a intensificação dos conflitos políticos, por outro lado, os conflitos sociais diminuíram no país. Isso foi resultado de um maior empenho do Estado em resolver as demandas sociais da sociedade e dos movimentos sociais participativos na economia e política do país. O Gráfico 14 evidencia tal situação.



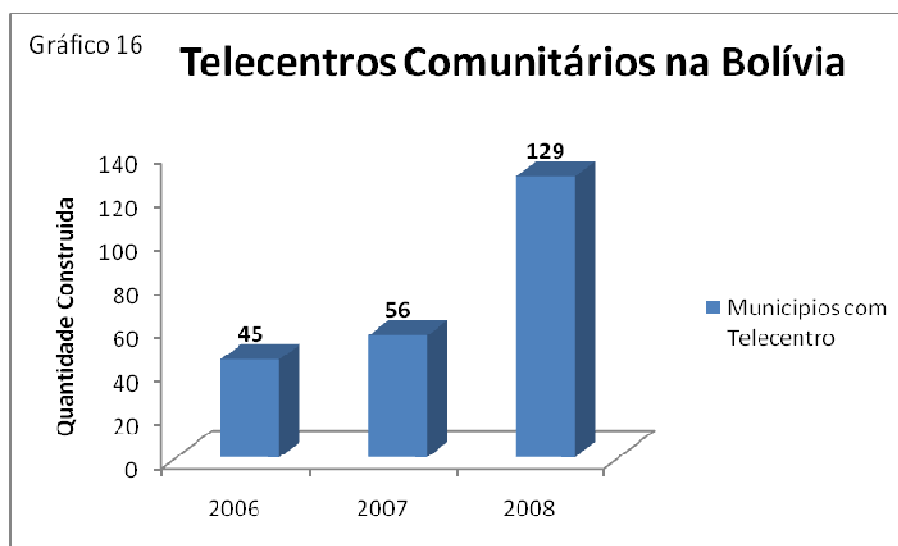
Fonte: Vice Ministério de Coordenação dos Movimentos Sociais e da Sociedade Civil *apud* Logros del Gobierno (2009)

Ainda, observa-se que no setor da educação foram construídos 239 edificações a mais do que nos governos anteriores, com o intuito de melhorar a infra-estrutura educacional do país, conforme indica o gráfico 15.



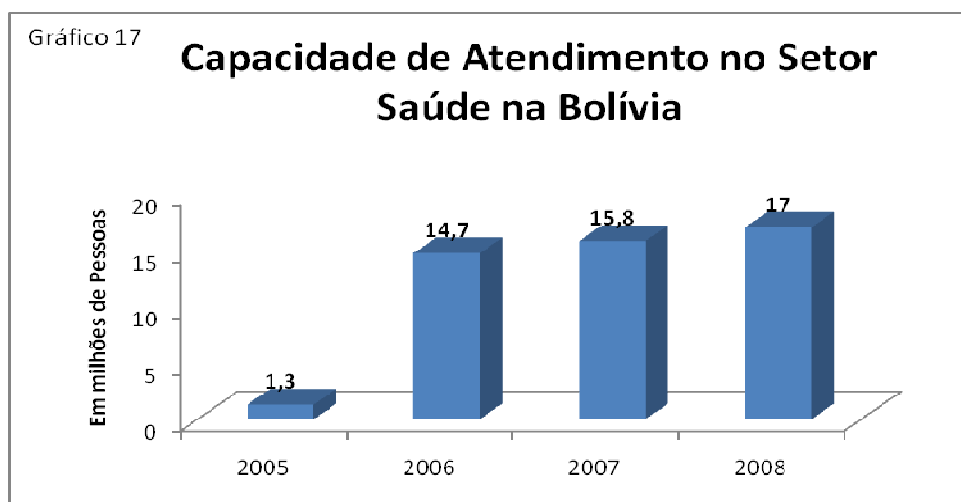
Fonte: Ministério da Educação e Cultura *apud* Logros del Gobierno (2009)

Nessa mesma linha, o governo construiu telecentros em diversos municípios a fim de proporcionar o acesso a internet gratuita para as camadas mais pobres. No final de 2008 foram 129 municípios que receberam a instalação de um telecentro, dentro de um total de 327 do país (Gráfico 16).

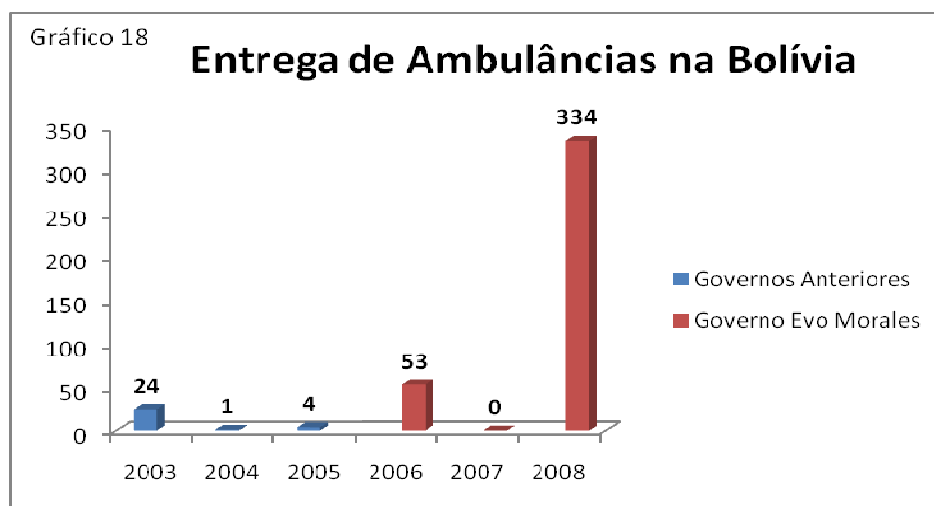


Fonte: Ministerio da Educação e Cultura *apud* Logros del Gobierno (2009)

A infraestrutura da saúde também mostrou avanços com o aumento da capacidade de atendimento no setor da saúde e o incremento no número de ambulâncias, de acordo com os gráficos 17 e 18.

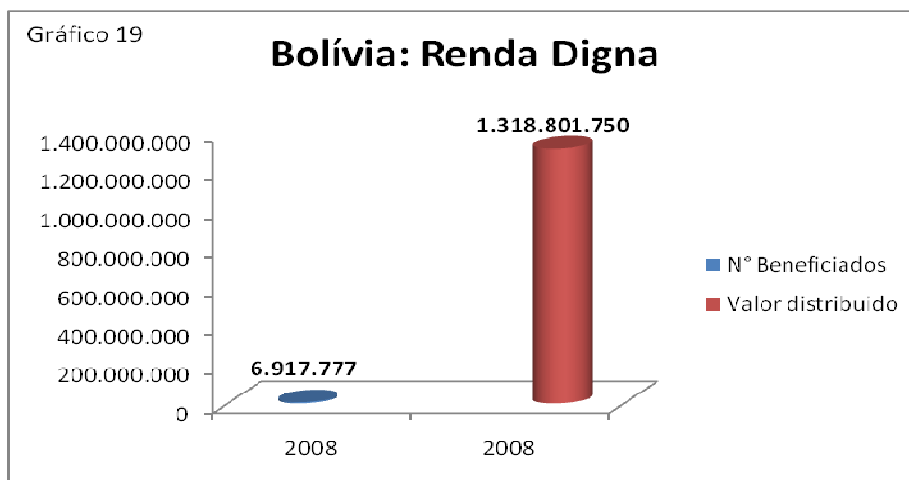


Fonte: Ministerio da Saúde e Esportes *apud* Logros del Gobierno (2009)



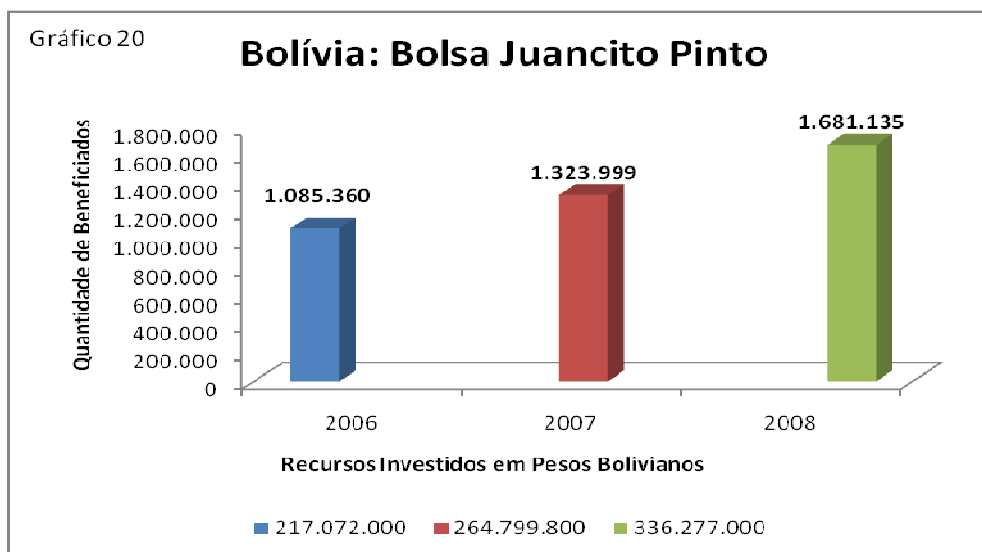
Fonte: Ministerio da Saúde e Esportes *apud* Logros del Gobierno (2009)

No âmbito do setor social, destaca-se o programa Renda Digna criada pelo governo no final de 2007. Verifica-se que, em 2008, o governo distribuiu mais de um bilhão de pesos bolivianos para todos os idosos acima de 60 anos, sendo 2400 pesos anuais aos que não possuem nenhum tipo de aposentadoria ou pensão e 1800 pesos aos que possuem aposentadoria ou pensão (Gráfico 19).



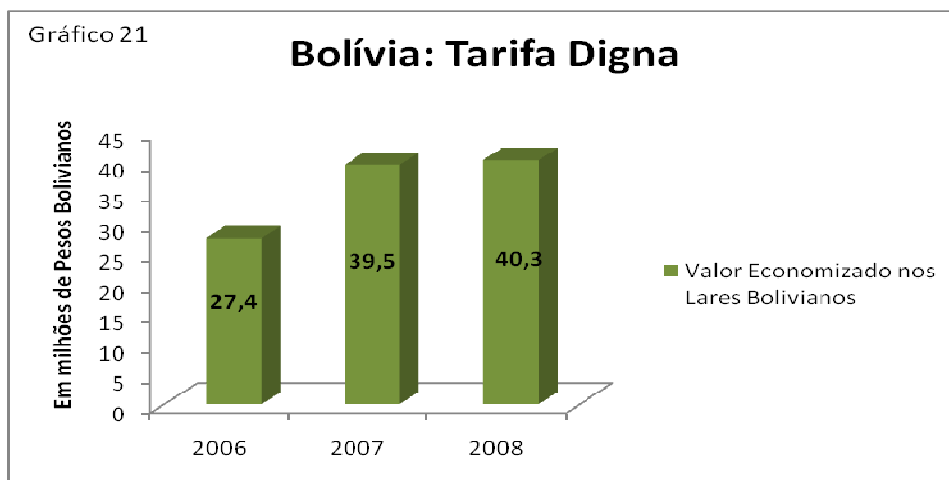
Fonte: Superintendencia de Pensiones, Valores y Seguro *apud* Logros del Gobierno (2009)

No mesmo âmbito, o programa Bolsa Juancito Pinto beneficiou mais de 1,5 milhão de crianças da 1 a 8 série do ensino fundamental no ano de 2008. O objetivo desse Programa é o de estimular a permanência da criança na escola (Gráfico 20).



Fonte: Ministerio da Educação e Cultura *apud* Logros del Gobierno (2009)

No setor elétrico, o governo estimulou a economia doméstica, concedendo 25% de desconto na fatura total para as residências que apresentassem baixo consumo de energia. Destaca-se, principalmente, o caso dos moradores da zona rural. Tal cenário favoreceu a economia das famílias nos três anos do Governo Evo Morales. Tais dados são identificados no Gráfico 21.



Fonte: Superintendencia de Elitricidad *apud* Logros del Gobierno (2009)

Por fim, é digno de nota no setor social do Governo Evo Morales, a criação do programa Desnutrição zero, com a finalidade de combater a desnutrição infantil no país, enfatizando principalmente as crianças até cinco anos. O quadro nº 2 apresenta a distribuição dos municípios priorizados pelo Programa, em cada estado regional.

Quadro 2: Distribuição do Programa Desnutrição Zero, segundo estado regional.

DESNUTRIÇÃO ZERO		
ESTADO	Conselho Regional	Nº de Municípios Priorizados 1º Fase
La Paz	1	5
Cochabamba	1	8
Santa Cruz	0	3
Beni	1	3
Pando	1	1
Oruro	1	1
Potosí	1	16
Chuquisaca	1	14
Tarija	0	1
Total	7	52

Fonte: Ministerio da Saúde e Esporte *apud* Logros del Gobierno (2009)

Estes foram alguns dos resultados obtidos pelo governo Evo Morales que embora ainda não tenha chegado ao fim de seu mandato, cumpriu em grande parte as promessas que foram feitas nas eleições de 2005. Pode-se dizer também que esse governo ao menos viabilizou projetos para tornar as promessas uma realidade e ainda demonstrou que tem a intenção de levar o Estado para todos os setores produtivos e sociais do País, propiciando o desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instabilidade social e política, sempre foi uma questão permanente na história da Bolívia, tendo sido para a maioria de seus governantes um problema quase que irresolúvel. A questão da desigualdade e discriminação das camadas sociais mais pobres, principalmente formada pelos indígenas, sempre esteve ligada aos interesses de pequenas oligarquias do país, que não estavam dispostas a perder suas regalias e altos lucros advindos de um modelo econômico primário exportador. Pode-se ver claramente que, no final da década de 20, o estanho teve um papel fundamental na economia do país, o que também levou a esse cenário de desigualdades. A produção e comercialização do país, desde o seu início, ficaram restritas ao controle de uma minoria, permitindo até mesmo colocar o mais célebre de seus personagens, Simon Patiño "o rei do estanho", entre os homens mais ricos do mundo, que por meio de todo seu poder e influência manipulava a administração do estado conforme lhe era conveniente.

Os trabalhadores da época, principalmente, os mineiros, foram expostos a condições de trabalho subhumanas, chegando até mesmo a trabalhar sem receber qualquer benefício financeiro. Dessa forma, a situação piorava durante as crises internacionais em que eram abrigados a aumentar suas cargas de trabalho de uma maneira a diminuir os riscos e prejuízos de seus patrões. Entretanto, foi a partir desse cenário que os setores sociais explorados viram que juntos poderiam adquirir uma representação política no Estado, que buscasse mudanças concretas nos direitos sociais do país. Porém, essa participação não agradou as oligarquias da época, que aliadas aos militares, constantemente planejavam e executavam golpes de estado para manterem o controle do país. Com a segunda guerra mundial, o mundo estava em crise e a Bolívia se viu no meio de um forte abalo econômico, o que de certo modo despertou um sentimento de nacionalismo por parte de uma pequena burguesia que se aliou aos movimentos sociais na década de 40. Nesse contexto, foi possível formar partidos consistentes e influentes socialmente, o que levou o Estado a aumentar a repressão contra os movimentos sociais, elevando os métodos de violência. No entanto, mesmo assim os trabalhadores resistiam e lutavam.

No início da década de 50, quando a elite se viu ameaçada, preferiu passar o comando aos militares a assistir o triunfo dos trabalhadores, mostrando claramente assim sua despreocupação com a democracia do país. Mas o que nem mesmo os militares esperavam era

que o povo já não suportava mais tanto abuso de poder. Dessa forma, insurgiu-se assim uma revolta e luta na qual, pela primeira vez, o povo se levantou em massa e tomou o poder pelas próprias mãos, no que ficou conhecido como revolução de 1952. A partir desse momento, as organizações sociais passaram a ser mais estruturadas, porém suas inexperiências políticas fizeram com que a pequena burguesia que lhes deu apoio durante a revolução, as excluísse mais uma vez do governo. Novamente, o cenário de instabilidade tomaria conta do país, entretanto nesse mesmo momento, no outro lado do país, os capitais americanos financiavam empresários agrícolas, com o intuito de fortalecer uma nova oligarquia, demonstrando assim que não admitiria uma nova revolução social dentro do país.

Nos governos seguintes, o que se viu foi a mesma repressão sobre os movimentos sociais de antes. Dessa vez, com o passar dos anos, foram se enfraquecendo juntamente com seus partidos, o que favoreceu a entrada de capitais internacionais dentro do país. Nesta perspectiva, observa-se que, novamente, os setores trabalhistas entraram em colapso. Contudo, o excesso desses capitais foi novamente o combustível necessário para o ressurgimento dos movimentos sociais que retornaram ao cenário político na década de 1990. Tais movimentos encontravam-se mais fortalecidos ideologicamente e culturalmente. Por sua vez, o processo neoliberal só acelerou ainda mais o declínio dos partidos de direita e seus representantes. Fenômenos como a guerra da água e a guerra do gás foram fundamentais para o ressurgimento das massas, que se viram na obrigação, mais uma vez, pelas “próprias mãos” tirar do poder os responsáveis pelo cenário de deterioração econômica e social do país.

Nesta perspectiva, a demanda da população por melhores condições sociais abriria espaço para os partidos de esquerda que agora se encontravam unificados em um só o *Movimento al Socialismo*, por meio da liderança de Evo Morales. Esse líder refletia a imagem e semelhança da maioria da população, por ser um indígena oriundo da camada pobre da sociedade, e se não bastasse tinha adquirido experiência política sobre o comando da confederação dos cocaleros, um dos mais poderosos sindicatos do país. A partir daí, tornou-se deputado federal e depois presidente.

Evo, ao contrário de muitos outros presidentes, executou aquilo que era seu principal tema de campanha: a nacionalização dos recursos naturais, sobretudo do gás natural. Demonstrou, ainda, que não iria tolerar gastos supérfluos com a máquina do governo, reduzindo salários e cortando benefícios dos agentes políticos. Para solucionar os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais, Evo, juntamente com seu partido, criou o plano

nacional de desenvolvimento que serviria de questão-chave para a reconstrução de um novo país, atingindo todas as áreas produtivas e sociais. Cabe lembrar que os recursos advindos das empresas estatais, depois da nacionalização, foram o combustível inicial para essas mudanças e conforme os resultados, parece que os primeiros passos de transformação no país estão sendo dados. Declarar a Bolívia livre do analfabetismo foi um marco importante para o governo de Evo Morales, assim como também são verificados a boa administração da balança de pagamentos e o crescimento do PIB, o investimento em educação e saúde. Também foram priorizados em seu governo a criação de programas de benefício social, impulsionando a qualidade de vida no país.

Apenas resta esperar e verificar se suas políticas serão duradouras e benéficas a todas as camadas, não só as mais baixas, mas também os representantes do setor privado que constituem “atores” importante para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe o Eixo da esperança**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007-(Revoluções do Século XX)

ARZE, Reginaldo Ustariz. **Evo Morales Um indígena presidente: Como um aimará voltou ao poder**. São Paulo : Editora Brasbol, 2006

BARBOSA FILHO, Antonio. **A Bolívia de Evo Morales**. São Paulo: Livro Pronto, 2008

BOLIVIA, Banco Central de Bolivia, Estado de la deuda externa pública al 31 de dezembro de, 2008. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.bo/sitio/deuda2/Publica/documentos/general/doc_1-2-0__5008.pdf>

Acesso em: 9 de abril. 2009

BOLIVIA, Bolsa Boliviana de Valores, Boletim nº 14, 2008. Disponível em:

<<http://www.bbv.com.bo>> Acesso em: 9 de abril. 2009

BOLIVIA, Instituto Nacional de Estatística, Notas de Prensa, Nº 19, 2008. Disponível em:

<www.ine.gov.bo>. Acesso em: 20 de maio. 2009

BOLIVIA, Instituto Nacional de Estatística, Notas de Prensa, Nº 7, 2008. Disponível em:

<www.ine.gov.bo> Acesso em: 20 de maio. 2009

BOLIVIA, Ministério da Presidência, **Logros del gobierno**, 2009. Disponível em:

<<http://www.presidencia.gov.bo>> Acesso em: 15 de maio. 2009

BOLIVIA, Ministério da Fazenda, Boletim Mensal, Nº 8, 2008. Disponível

em:<<http://www.hacienda.gov.bo>> Acesso em 15 maio. 2009

BOLIVIA, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, **Plano Nacional de**

Desenvolvimento, La Paz, 2006. Disponível em:< <http://www.planificacion.gov.bo/>> Acesso em: 15 de maio. 2009

BOLIVIA, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, Revista Economia & Sociedad, Nº 1, La Paz, 2008. Disponível em:

<<http://www.planificacion.gov.bo/revistae&s/Revista1.pdf>>. Acesso em: 15 de maio. 2009

Câmara Nacional de Comercio, Boletim de comercio Exterior, nº 5, 2009. Disponível em:

<<http://www.bolivia-industry.com/comex/boletin/BoletinCOMEX5.pdf>> Acesso em: 27 de abril. 2009

LINS, Hôyedo Nunez, **Geometrias do Embate Social na Bolívia no século XXI**, nº2, 2007.

Disponível em: < <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/textos/2007/Hoy%EAdo02-07.pdf>>. Acesso em: 10 de maio. 2009

MAYORGA, Fernando. **El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo.** In Nueva Sociedad, n°206, 12/2007. Disponível em:
http://www.nuso.org/upload/articulos/3390_1.pdf. Acesso em: 10 de maio. 2009

PINEDA, Francisco. Evo Morales, **El cambio comenzó en Bolivia.** Espanha: Editora Almuzara, 2007

ZANELLA, Cristine Koehler. **A Bolívia no Pêndulo da História.** In Nueva Sociedad, n°209, 06/2007, Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3434_2.pdf> Acesso em: 15 maio. 2009